

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
São Paulo – Campus São Paulo**

**Um Olhar Voltado aos Alunos da EJA, em Busca
da Valorização Pessoal e Permanência na Escola**

SELMA APARECIDA DE SOUZA ALMEIDA

São Paulo

2013

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
São Paulo – Campus São Paulo

**Um Olhar Voltado aos Alunos da EJA, em Busca
da Valorização Pessoal e Permanência na Escola**

SELMA APARECIDA DE SOUZA ALMEIDA

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação Especialização *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica com a Modalidade de Educação Jovens e Adultos - Proeja, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo - IFSP - *Campus* São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção de certificado de Especialista em Educação de Adultos.

Orientador:

Prof. Dr. Antônio Carlos da F. Bragança Pinheiro

São Paulo

2013

S466u

Almeida, Selma Aparecida de Souza

Um olhar voltado aos alunos da EJA, em busca da valorização pessoal e permanência na escola / Selma Aparecida de Souza Almeida – São Paulo, 2013.

69f. il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos da F. Bragança Pinheiro

Monografia (Pós-graduação) – apresentada ao curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica com modalidade de Educação Jovens e Adultos - PROEJA, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo - IFSP -Campos São Paulo, 2012.

1. EJA. 2. Educação. 3. Evasão escolar. 4. Políticas públicas

I. Almeida, Selma Aparecida de Souza. II.Título.

CDU 371

Dedico este trabalho em especial aos meus pais pelo dom da vida, incentivo e força que sempre me prestam.

Ao meu esposo pelo apoio e renúncias que ambos fizemos para a finalização deste.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Doutor Antônio Carlos da F. Bragança Pinheiro pela sua dedicação e auxílio na realização deste.

À Secretaria da Educação Municipal de Salto e unidades escolares da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos EJA, pelo auxílio e dados fornecidos.

Às instituições que fizeram parcerias com a Secretaria da Educação Municipal de Salto pelas informações oferecidas.

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino que precisa ser olhada de forma diferenciada devido a vários fatores que influenciam na permanência destes alunos na escola. O contexto histórico da educação no Brasil de maneira geral colabora para se verificar como e quando esta modalidade tem sido inserida neste contexto. Em seu contexto histórico próprio, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos ao longo dos anos vem oscilando em políticas públicas que são adotadas a seu respeito. Objetivou-se, analisar e refletir sobre esses contextos históricos que envolvem tanto a educação brasileira de forma geral, e específica deste alunado, jovens e adultos, bem como verificar possíveis causas de evasões que ocorrem neste segmento de ensino, devido a alguns fatores próprios deste corpo discente, bem como, perceber possibilidades de levar a adiante esse tipo de educação, constatando alguns dados que demonstram o nível de evasão e atitudes adotadas no município da Estância Turística de Salto SP através de diversas parcerias como meio de manter e atrair esse aluno para a escola. Lembrando que esses alunos da EJA são pessoas que trazem consigo uma história de vida, habilidades e acúmulo de conhecimentos próprios de sua realidade, os quais devem ser considerados e valorizados em sua trajetória escolar. Por tudo isso, este trabalho concluiu que para essa modalidade de ensino é preciso que os diversos órgãos responsáveis por ela, utilizem meios específicos para atender ao perfil estudantil próprio da mesma.

Palavras-chaves: EJA, educação, evasão escolar, políticas públicas.

ABSTRACT

The Youth and Adult Education – YAE is a teaching modality that requests a differentiated viewpoint, due to various factors which influence the permanence of these students at school. The historical context of the education in Brazil in a general way cooperates to verify how and when this modality has been inserted in this context. In its own historical context, it is clear the Youth and Adult Education, throughout the years, has oscillated in public policies which are adopted about it. It was aimed to analyze and think about these historical contexts that involve the general and the specific brazilian education of these young and adult pupils, while verifies possible causes for the school desertion that occurs in this education modality, due to some typical factors from these students, as well as understands possibilities to go forward with such education, noting some data that points the desertion level and attitudes adopted by Salto Touristic District, in SP, through many partnerships as means of maintain and attract these students to school. Bearing in mind these Youth and Adult students are people who bring with them a life history, abilities and accumulation of knowledge, typical of their reality, which must be considered and valued in their school path. For all these reasons, the work concludes that, to this teaching modality, is essential that the several bodies responsible for it use specific ways to suit its own student profile.

Key words: YAE, education, school desertion, public policy.

LISTA DE SIGLAS

AFIM - Associação de Formação Infante Juvenil Múltipla

CCJ - Comissão de Constituição de Justiça

CE - Ceará

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e adultos.

CEC - Centro de Educação e Cultura

CEE - Conselho Estadual de Educação

CEMUS - Centro de Educação Municipal de Salto

CENBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CENEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CEUNSP - Centro de Educação Universitário Nossa Senhora do Patrocínio

CPC - Centros de Cultura Popular

D.O. E - Diário oficial da Educação

EJA - Educação de Jovens e adultos

FCAD - Faculdade de comunicação, Artes e Desing

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FNEP - Fundo Nacional dos Estudantes

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

H.T. C - Hora de Trabalho Coletivo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF - Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologias

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério de Educação

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PEI - Programa de Educação Total

PIB - Produto Interno Bruto

PL - Projeto Lei

PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLA - Programa Nacional do livro Didático para a Alfabetização de Jovens e adultos

PNLD EJA - Programa Nacional do livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos

PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEJA FIC - Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e continuada

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Campo

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PRUMUS - projeto Sócio educacional de Parceria entre Secretaria Municipal de Educação e Ceunsp

PT - Partido dos Trabalhadores

SEE - Secretaria Estadual de Educação

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de aprendizagem Industrial

SEME - Secretaria Municipal de Educação

SP – São Paulo

UFG - Universidade Federal de Goiás

UNE - União Nacional dos Estudantes

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| 1-Cemus I 2005 - 2012 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental, Salto - SP... | 57 |
| 2-Cemus II 2005 - 2007 1º e 2º semestres EJA, Ensino Médio, Salto - SP..... | 57 |
| 3-Cemus II 2012 - 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental, Salto - SP..... | 57 |
| 4-Cemus IV 2005 - 2009 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental, Salto - SP. | 58 |
| 5-Cemus IV 2005 - 2006 1º e 2º semestres EJA, Ensino Médio, Salto - SP..... | 58 |
| 6-Cemus V 2005 - 2012 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental, Salto - SP. | 58 |
| 7-Cemus V 2005 - 2007 1º e 2º semestres EJA, Ensino Médio, Salto - SP..... | 58 |
| 8-Cemus VI 2005 - 2009 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental, Salto - SP. | 59 |
| 9-Cemus VII 2005 - 2012 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental, Salto - SP. | 59 |
| 10-Cemus IX 2005 - 2012 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental, Salto - SP..... | 59 |
| 11-Número geral de alunos, matriculados, evadidos, concluintes, transferidos dos Cemus, 2005 – 2012, Salto - SP..... | 60 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| 1-Número de alunos matriculados, concluintes, evadidos e transferidos nos Cemus em Salto SP. 2005 – 2012..... | 60 |
|---|----|

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| FIGURA 1 - Livro elaborado pelos alunos da EJA, ed. Espaço Idea e professores. Salto – SP..... | 65 |
| FIGURA 2 – Livro elaborado pelos professores das unidades do Cemus em Salto - SP..... | 66 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1 Objetivo Geral..... | 19 |
| 1.2 Objetivos Específicos..... | 19 |
| 1.3 Metodologia da Pesquisa..... | 19 |
| 2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A EJA..... | 20 |
| 2.1 Contexto histórico da educação de jovens e adultos no Brasil..... | 29 |
| 2.2 A educação de jovens e adultos no governo de Dilma Rousseff..... | 37 |
| 2.2.1 Eja, evasão escolar e as políticas públicas..... | 45 |
| 3. ESTUDO DE CASO..... | 53 |
| 3.1 Metodologia da Pesquisa Exploratória..... | 53 |
| 3.2 Caracterização da cidade de Salto..... | 53 |
| 3.2.1 O Município de Salto e a Educação..... | 54 |
| 3.2.2 As políticas públicas em Salto como meios de inserir o aluno no mundo do trabalho e combate à evasão..... | 56 |
| CONCLUSÃO..... | 67 |
| REFERÊNCIAS..... | 68 |

1. INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos é uma realidade e também necessidade no Brasil, uma vez que, historicamente a educação brasileira no seu início voltou-se mais para a elite, assim afirma Romanelli (2010, p.35) “a obra da catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite”, ficando as camadas populares, menos favorecidas, o trabalhador e também o jovem que não conseguindo dar continuidade aos seus estudos parou no meio do caminho, ou muitas vezes nem ingressou nesse meio.

Dessa forma é preciso cada vez mais voltar-se o olhar para essa modalidade de ensino que tem suas necessidades próprias de acordo com seu desenvolvimento cognitivo que não é nem se faz da mesma forma que um educando em sua fase regular de aprendizado (OLIVEIRA, 1999). Quanto ao aprendizado do adulto, Oliveira (1999, p.60-61) diz:

O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de modo diferente daquele da criança e do adolescente. Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as pessoas. Com relação à inserção em situações de aprendizagem, essas peculiaridades da etapa de vida em que se encontra o adulto fazem com que traga consigo diferentes habilidades e dificuldades (em comparação com a criança) e, provavelmente, maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem.

No Brasil na década de 20 segundo Paiva (1983, p.29-30) aparecem os primeiros profissionais da educação preocupados com a qualidade do ensino, inicia-se o fenômeno denominado por Jorge Nagle como “Otimismo pedagógico”, o qual se preocupa com o funcionamento eficiente e com a qualidade dos sistemas de ensino ou dos movimentos educativos.

Em 30 nota-se que houve a consolidação do sistema educacional brasileiro, incluindo gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário integral e frequência obrigatória, extensiva aos adultos por meio da Constituição de 1934.

Havendo a partir daí , segundo Romanelli (2010), três fases no sistema educacional brasileiro, sendo a primeira de 1930 a 1937 marcada pelo governo provisório e as lutas ideológicas sobre a forma que deveria assumir o regime político, econômico e educacional incluindo reformas, a segunda fase deu-se a partir de 1946 havendo reformas no campo da indústria e leis orgânicas, criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI organização do ensino primário supletivo e a terceira fase ocorrem com a lei 4.024 de 1961, um dos projetos mais debatidos na história da educação brasileira, criando-se assim pelo professor Roque Spencer Maciel de Barros (ROMANELLI, 2010), após análise do projeto, uma coletânea deste, sob o nome “Diretrizes e Bases da Educação”, esta lei trouxe a obrigatoriedade do ensino primário, ou seja, de 1ª a 4ª série na idade dos 7 aos 10 anos.

Após as três fases que se deram na educação, segundo Romanelli, procura-se mostrar a lei 5.540 de 1968 sobre a organização e funcionamento do ensino superior, a lei 5.692 de 1971 a qual fixou o objetivo geral da educação de 1º e 2º graus. Surgindo posteriormente a lei 7.044 de 1982 com alguns artigos modificando a lei 5.692/71 passando a ser opcional a profissionalização do 2º grau chegando-se a lei de diretrizes de bases – lei 9.394 de 1996, a qual é vigente em 2013, trazendo em seu conteúdo várias modificações na educação, como gestão democrática do ensino público com princípios que a devem nortear, gestão essa havendo a participação de todos os profissionais da educação, comunidade escolar local na elaboração e desenvolvimento do projeto pedagógico da escola.

No que diz respeito ao contexto histórico na educação própria de jovens e adultos, a mesma acompanha o contexto geral da educação desde a expulsão dos jesuítas. Ocorre o surgimento da primeira escola noturna segundo Paiva (1983), em 1854 e também segundo a mesma autora no Pará já se dava instrução aos escravos como forma de contribuir para a educação. Com a reforma eleitoral (lei Saraiva), lei essa que se tratava do decreto 3.029 de nove de Janeiro de 1881, o qual instituiu pela primeira vez o “Título de Eleitor”, proibiu o voto de analfabetos, além de ter adotado eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império. A partir disso, chega-se a cogitar a extensão da obrigatoriedade escolar aos adolescentes e adultos nos lugares em que se comprovasse a inexistência de escolas noturnas. E

assim segundo Paiva (1983) o ensino tanto destinado aos adultos como o elementar em geral cresce com regularidade, sem grandes saltos, não somente na última década do Império como por toda a República.

Verifica-se ainda segundo Paiva (1983) que nos anos 30 com a reforma do Distrito Federal em 1928 havia cuidado da educação de adultos ao reorganizar os cursos elementares noturnos e moralizar o seu funcionamento, embora com Anísio Teixeira houve algumas modificações como o decreto nº 4.209 de 25 de julho de 1933, o qual reformava o ensino elementar de adultos e organizava os cursos de continuação e aperfeiçoamento a serem ministrados nos estabelecimentos de ensino profissional.

Na década de 1940, de acordo com Paiva (1983) foi considerado um período áureo para o segmento da educação, quando ocorre o surgimento das primeiras obras especificamente dedicadas ao ensino supletivo, ou seja, estudo destinado para alunos que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, com o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA.

Em 1950 realiza-se a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA marcando o indício de uma nova discussão sobre a educação de jovens e adultos, ainda segundo Paiva da década de 50 até meados de 60 viveu-se no país uma verdadeira efervescência no campo da educação de adultos e da alfabetização, como o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, na cidade do Rio de Janeiro em 1958, no qual Paulo Freire, educador brasileiro, que se dedicou à alfabetização de adultos com métodos inovadores próprios para esse alunado, já defende a educação de adultos, suas ideias em 1960 e proposta para a alfabetização de adultos inspirou as principais propostas de alfabetização e educação popular que se realizaram no Brasil.

Nos anos 70 surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF desenvolvendo-se em todo o território nacional. Porém no período militar a Educação de adultos foi levada a estagnação política e pedagógica devido às medidas tomadas na época (GENTIL, 2005).

Em 1980 definiu-se uma nova concepção de educação de jovens e adultos a partir da Constituição Federal de 1988.

Segundo Gentil (2011) chegando-se na década de 90 somente alguns estados que sempre tiveram grupos com história política voltada para a organização popular se preocupavam em firmar convênios para melhorar na educação popular.

Com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF as matrículas de jovens e adultos não eram mais computadas para efeito de repasse de verbas ficando de responsabilidade do setor público e a educação infantil e o ensino médio também foram deixados descobertos deste financiamento, e o ensino de jovens e adultos acaba concorrendo com o ensino fundamental na esfera municipal e com o ensino médio no âmbito estadual.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, ex-metalúrgico, líder da classe dos trabalhadores, já houve um olhar para a educação de jovens e adultos, foi criado diversos programas como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação Comunitária – PRÓ-JOVEM foi criado também o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e adultos – PROEJA e outros.

Em janeiro de 2011 a República Federativa do Brasil pela primeira vez em sua história tem uma mulher como governante, Dilma Rousseff, eleita pelo voto popular assim como seu antecessor, Luís Inácio Lula da Silva. Dilma inicia seu governo com o Projeto Lei 8.035 em andamento, o qual criou o Plano Nacional de Educação – PNE faz-se aqui uma análise deste plano enfatizando suas metas e estratégias relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, o qual ainda vale lembrar no primeiro semestre do ano de 2013 não foi totalmente aprovado, pois o mesmo encontra-se no 1º semestre deste mesmo ano na Comissão de Educação do Senado e se aprovado pelos senadores sem alterações, o texto irá à sanção presidencial. O envio pelo governo federal do projeto lei ao Congresso foi em 15 de dezembro de 2010, o qual consta a vigência de 2011 a 2020.

Dilma lançou em 20 de março de 2013 o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO voltado à população do campo com um material específico.

Levando-se em conta que população da Educação de Jovens e adultos - EJA também traz uma autoimagem e autoestima comprometidas com a situação de vida experienciada por eles, pois se adulto acredita ter parado no tempo e julga-se pouco conhecedor, se jovem devido a vários fatores como o sistema de progressão continuada, sistema esse que surgiu a partir da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional 9394/96 a qual em seu capítulo II Da Educação Básica, Seção III Do ensino Fundamental Art.32, parágrafo 2º LDB (1996, p. 13 - 14) diz:

Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

Assim, no Estado de São Paulo por meio da Deliberação CEE 09/97 (Institui, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no Ensino Fundamental com duração de oito anos). Este regime permite a organização em um ou mais ciclos, no caso da opção por mais de um ciclo, deve-se garantir a progressão continuada interciclos, supondo a existência de avaliação contínua do processo ensino-aprendizagem, havendo recuperação contínua e paralela. (SILVA,1998).

Com esse sistema de avaliação, alguns alunos não entendem o processo e acabam se perdendo através do mesmo, ou seja, acabando assim por se evadirem, ou ainda, por já estarem com uma idade acima das salas por eles frequentadas no ensino regular, vão para a EJA. Esse aluno jovem de 15 anos ou mais, com essas características e ainda outras, as quais podem atingir seu emocional, intelectual como: menores infratores e também usuários de entorpecentes é comum na clientela da atual EJA, desta forma são pessoas atingidas e comprometidas em seu emocional, muitas vezes semialfabetizados, atingindo sua afetividade, seja consigo ou com o outro, podendo se sentir inferiorizado.

Logo diante disso, é necessário direcionar-se para esse alunado com um olhar compassivo, digno de resgate, levando-os à autovalorização, como diz Paulo

Freire (2011, p.218) “os oprimidos só começam a desenvolver-se quando, superando a contradição em que se acham, se fazem ‘seres para si’”.

Também se sabe que o educando da EJA seja adulto ou jovem entre 15 a 60 anos ou mais, têm sua proveniência muito mesclada, principalmente no Estado de São Paulo, onde se encontra alunos que vêm do norte, nordeste e sul do país. Pensando nesta realidade é preciso que esta modalidade de ensino contemple essa heterogeneidade valorizando as diferenças para que o aluno sinta-se acolhido.

Quanto a isso Oliveira (1996, p.07) diz:

[...] Sair de um pequeno povoado nordestino para viver em São Paulo é, certamente, um evento muito marcante na vida de um indivíduo. De fato, esse evento demonstrou ocupar um lugar central nas relações sociais dos sujeitos, na organização de sua vida presente e na estruturação de seus projetos de vida.

Aborda-se neste sobre algumas políticas públicas e evasão na EJA a nível Nacional e medidas adotadas em alguns estados segundo Nova Escola (2010) e outras pesquisas, assim como algumas parcerias adotadas no município de Salto com meio de inserir esse alunado no mundo do trabalho.

Assim, ao se falar da Educação de Jovens e adultos há que ser ter um olhar diferenciado para essa modalidade, haja vista que todos os alunos que nela ingressam tem um percurso de vida e acúmulos de conhecimentos adquiridos ou não ao longo de sua história de vida seja jovem ou adulto. Pensando nisso cabem aqui alguns questionamentos:

1. Como o contexto geral da Educação tem colaborado com a educação popular?
2. Como tem se dado a evolução das políticas pública na Educação de Jovens e Adultos?
3. Quais são os possíveis fatores causadores da evasão nessa modalidade de ensino?
4. Como os municípios podem colaborar na Educação de Jovens e Adultos?

Portanto, é possível perceber a importância de estudos que possam discutir a sistemática da educação de jovens e adultos.

1.1 Objetivo Geral

Analisar e refletir alguns aspectos do contexto histórico da Educação no Brasil e própria da Educação de Jovens e Adultos, incluindo aspectos da educação municipal da cidade de Salto SP., bem como, algumas possíveis causas de evasão e políticas públicas adotadas.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos serão estabelecidos da seguinte forma:

1. Analisar o contexto histórico da Educação no Brasil desde a fase Jesuítica até o início o século 21, tanto no contexto geral como especificamente o contexto da trajetória na Educação do Jovem e Adulto.
2. Identificar algumas possíveis causas de evasão nesta modalidade de ensino.
3. Apontar algumas políticas públicas adotadas e especificamente na cidade de Salto, com o intuito da inserção deste alunado no mundo do trabalho e sua valorização pessoal.

1.3 Metodologia da Pesquisa

Para subsidiar o trabalho foi utilizada a pesquisa qualitativa por meio da leitura e análise de dissertações de mestrado, artigos científicos, livros, revistas e artigos da internet.

Também se pretende usar para a investigação, a pesquisa qualitativa exploratória, usando como instrumento de coletas de dados visitas às instituições educacionais envolvidas na pesquisa, como a Secretaria de Educação Municipal de Salto, escolas municipais de Salto que mantém o curso da EJA e entidades que fizeram parcerias com a Secretaria de Educação Municipal de Salto.

O primeiro momento será de pesquisa bibliográfica e em seguida, procura-se demonstrar os resultados alcançados com as coletas de dados por meio das visitas.

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL E EJA

Ao se falar em Educação de Jovens e Adultos é necessário analisar a História da Educação em um contexto geral no Brasil, a partir disso é possível verificar que o marco da história da educação brasileira remete-se ao sistema educacional fundado pelos jesuítas, o qual durou cerca de duzentos e dez anos.

Os jesuítas desempenharam o papel de principais promotores e organizadores do sistema de educação. Quanto a isso Haidar (*apud* BREJON, 1988, p.39) diz:

A história da educação no Brasil inicia-se em 1549 com a vinda dos seis jesuítas que aqui aportaram em companhia do primeiro governador-geral Tomé de Souza. A partir de então, e por mais de duzentos anos, ficou entregue, quase que com exclusividade, aos padres da Companhia de Jesus o ensino público em nosso país. Atendendo os propósitos missionários da Ordem e à política colonizadora inaugurada por D. João III, os jesuítas dedicaram-se fundamentalmente à catequese e instrução do gentio, criando escolas de primeiras letras e instalando colégios destinados a formar sacerdotes para a obra missionária na nova terra.

De acordo com Ramanelli o conteúdo cultural que foi transportado para o então Brasil colônia de Portugal por meio dos padres da Companhia de Jesus era destinado a uma minoria de donos de terra e senhores de engenho em número restrito, onde deveriam estar excluídos dessa minoria mulheres e filhos primogênitos, aos quais se reservava a direção futura dos negócios paternos. Assim, a escola era frequentada somente pelos filhos homens que não os primogênitos. Estes recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, da família e dos negócios, no futuro. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada (ROMANELLI, 2010, p.33).

Ainda segundo Romanelli (2010) o ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia não se tinha a preocupação de qualificar para o trabalho não podendo assim contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época em que o Brasil era colônia de Portugal. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem

utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo.

Os objetivos práticos da ação jesuítica segundo Romanelli era o recrutamento de fiéis e servidores através da ação educadora. A catequese assegurou a conversão da população indígena e foi levada a cabo mediante criação de escolas elementares para os filhos dos colonos o que garantia a evangelização destes, desta forma os padres acabavam ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante e também para o ingresso na classe sacerdotal.

Os que recebiam educação superior religiosa, os que não seguiam a carreira eclesiástica encaminhavam-se para a Europa, a fim de completar os estudos na Universidade de Coimbra, de onde voltavam letrados, acabando assim sendo a obra catequética de princípio pelos jesuítas gradativamente cedendo lugar à educação da elite até a expulsão dos mesmos no século XVIII, expulsão essa feita por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Com a expulsão, desconserta-se toda a estrutura administrativa do ensino transcorrendo um lapso de 13 anos. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação (ROMANELLI, 2010, p.34-36).

A mesma autora afirma que quem sofrera com a expulsão dos jesuítas fora a elite. A educação dos adultos indígenas tornou-se irrelevante, o domínio das técnicas da leitura e escrita não se fizeram necessárias para os membros da sociedade colonial, já que esta se baseava na exportação da matéria prima.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil modificou-se o panorama educacional brasileiro. Tornou-se necessário a organização do sistema de ensino para atender a demanda educacional da aristocracia portuguesa e preparar quadros para as novas ocupações técnicas burocráticas.

No desenvolvimento da sociedade, que começou a ser industrial e urbana surgiu a necessidade de se ter certo domínio de conhecimento e que se apresentassem algumas habilidades de trabalho, de modo que a escola passou a assumir a função de educar para a vida e para a aprendizagem do trabalho.

Após a Primeira Guerra Mundial, com a industrialização e urbanização, formase a nova burguesia urbana e estratos emergentes de uma pequena burguesia exigem o acesso à educação, esses segmentos aspiram por uma educação acadêmica e elitista, enquanto que o restante da população continua analfabeto e inferiorizado.

Nos anos 20 aparecem os primeiros profissionais da educação que tentaram sustentar a crença em seu descompromisso com ideias políticas defendendo o tecnicismo em educação e trazendo implícita a aceitação das ideias políticas dos que governam, a educação popular vinculada pelo entusiasmo na educação nada mais foi do que uma expansão das bases eleitorais, pois a preocupação maior estava vinculada ao aumento do poder da classe burguesa, surge nessa época o fenômeno chamado por Jorge Nagle como “otimismo pedagógico”, o qual se preocupa com o funcionamento eficiente e com a qualidade dos sistemas de ensino ou movimentos educativos (PAIVA, 1983, p.29-30).

A partir da revolução de 30, as mudanças políticas e econômicas permitiram finalmente o início da consolidação de um sistema político de educação elementar no país, ocorrendo conseqüentemente, experiências significativas na área.

Segundo Heládio Antunha (*apud* PILETTI, 1988 p. 190) foi durante o período republicano, principalmente de 1930 em diante, que se construiu o sistema educativo brasileiro, elaborado a partir de alguns princípios, discutidos no decorrer da Primeira República e inscritos nas constituições, de modo especial a partir da constituição de 1934.

De acordo com Piletti (1988) gratuidade e obrigatoriedade aparecem juntas pela primeira vez na Constituição de 1934, que em seu artigo 150 institui o “ensino primário integral gratuito e a frequência obrigatória, extensiva aos adultos”. A partir daí o princípio da gratuidade e da obrigatoriedade jamais deixou de estar presente em nossa Constituição.

Quanto a isso Romanelli divide em três fases o processo de evolução do sistema educacional brasileiro a partir de 1930.

Primeira fase vai de 1930 a 1937, marcada pelo governo Provisório e as lutas ideológicas sobre a forma que deveria assumir o regime político, econômico e

educacional, incluindo as reformas empreendidas por Francisco Campos no movimento renovado da educação e o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.

Entende-se por movimento renovador, segundo Romanelli (2010), as reformas que se deram na educação nacional que não foram poucas. Em 1924 reunia-se no Rio de Janeiro, um grupo de educadores brasileiros imbuídos de ideias renovadoras sobre ensino para criar a Associação Brasileira de Educação, esse grupo propunha reivindicações para sensibilizar o poder público e a classe dos educadores voltadas para os problemas mais cruciais da educação nacional e a necessidade urgente de se tornarem medidas concretas para resolver tais problemas.

O Brasil nessa época sofre influências dos Estados Unidos e da Europa – do chamado “Movimento de Escolas Novas”. Vários livros sobre “Escola Nova” surgiram no Brasil, analisando a educação nos aspectos psicológicos e sociológicos.

No Brasil desde 1922 começaram a aparecer reformas estaduais de ensino o que já era o prenúncio das reformas nacionais que surgiram a partir de 1930. A primeira delas foi em 1920 por Sampaio Dória, em São Paulo, em 1922/1923 no Ceará por Lourenço filho, no Rio Grande do Norte por José Augusto 1925/1928, as do Distrito Federal 1922/1926 e as de Pernambuco 1928 empreendidas ambas por Carneiro Leão, a do Paraná 1927/1928 por Lusímaco da Costa, a de Minas Gerais 1927/1928 por Francisco Campos, a do Distrito Federal 1928 por Fernando Azevedo, e a da Bahia 1928 por Anísio Teixeira (ROMANELLI, 2010, p. 130).

Ainda, segundo a mesma autora a reforma Francisco Campos foi marcada por uma série de decretos, ele, Francisco Campos era então Ministro da Educação e Saúde Pública no Governo Provisório de 1930, entre os decretos criados por ele, houve o Conselho Nacional de Educação, o qual dispunha sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário, dispunha também sobre a organização do ensino secundário, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências (ROMANELLI, 2010, p. 132).

Em 1935, Anísio Teixeira, como secretário da Educação, criava a Universidade do Distrito Federal.

A reforma de Francisco Campos inovou o sistema escolar, refletindo uma realidade sociopolítica também nova.

De acordo com Romanelli a Constituição de 1937, artigo 129, institui o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas, segundo a autora o Estado estava aí constituindo oficialmente a discriminação social, através da escola (ROMANELLI, 2010, p. 156).

Em 1942 o ministro Gustavo Capanema começa reformar alguns ramos do ensino.

Durante os três últimos anos do Estado Novo, foram postos em execução alguns decretos – lei criando a Lei Orgânica do Ensino Industrial 1942, Lei Orgânica do ensino Secundário 1942, LEI orgânica do ensino Comercial 1943.

A partir de 1946 dá-se a segunda fase, segundo Romanelli, da evolução do sistema educacional brasileiro, reformas estas no campo da indústria e leis orgânicas. Neste mesmo ano após a queda de Vargas foram baixados os seguintes decretos – lei: Lei Orgânica do Ensino Normal 1946 criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI Lei Orgânica do ensino Normal e mais tarde surge o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI Lei orgânica do Ensino Industrial (ROMANELLI, 2010, p. 157 – 158).

Quanto à organização do ensino primário Supletivo, ou seja, para alunos adultos, Romanelli (2010, p.165) diz:

A organização do ensino primário supletivo, cujas classes passaram a funcionar em 1947, como já foi assinalado anteriormente, contribuiu efetivamente para diminuição da taxa de analfabetismo, no final da década de 1940 e toda a década de 1950. Esse foi um dos aspectos positivos da lei que, por sinal, foi aplicada de forma positiva.

A terceira fase segundo a autora, da evolução do sistema educacional brasileiro se dá com a lei 4.024 votada em dezembro de 1961, um dos projetos mais debatidos na história da educação brasileira, participaram da luta por este projeto estudantes, operários e intelectuais.

Uma análise muito bem feita dos fundamentos do projeto foi elaborada pelo Professor Roque Spencer Maciel de Barros e publicada numa coletânea por ele mesmo organizada, sob o nome de “Diretrizes e Bases da Educação”.

Esta lei trouxe otimismo exagerado de alguns e pessimismo extremo dos que bateram contra ela, diz Romanelli. (ROMANELLI, 2010, p.185).

A lei 4.024/61 (*apud* ROMANELLI, 2010, p.187) veio para atender as reivindicações feitas com princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, a obrigatoriedade escolar do ensino primário, porém com algumas ressalvas como:

Art. 30

Parágrafo único – Constituem casos de isenção (da obrigatoriedade), além de outros previstos em lei:

- a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável;
- b) insuficiência de escolas;
- c) matrículas encerradas;
- d) doença ou anomalia grave da criança.

Segundo a autora com exceção do caso previsto na letra “d”, o qual é um caso de isenção, com reservas, para ela os outros dispositivos constantes das letras “a”, “b” e “c”, isentam totalmente o poder público de sua obrigação de fornecer condições para que a obrigatoriedade seja cumprida. Assim, percebe-se que, segundo Romanelli, a preocupação central da lei quanto à obrigatoriedade da frequência à escola primária, condições mínima básica para a existência de qualquer regime democrático, era praticamente nula. Principalmente se levar em consideração a realidade social brasileira.

De acordo com a lei 4.024/61 (*apud* ROMANELLI, 2010, p.187) a estrutura tradicional do ensino foi mantida. E o sistema continuou a ser organizado segundo a legislação anterior da seguinte forma:

1. Ensino pré-primário, composto de escolas maternas e jardins de infância;
2. Ensino primário de 4 anos, com chance de ser acrescido de 2 anos mais, com programa de artes aplicadas
3. Ensino médio, subdividido em dois ciclos: o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores);

4. Ensino superior, com a mesma estrutura consagrada antes.

Em essência, conforme Romanelli, a lei nada mudou a sua única vantagem é o fato de não manter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional.

Depois da lei 4.024 houve a lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas para a organização e funcionamento de ensino superior seguida de outros decretos que a regulamentaram, e pela lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 (*apud* ROMANELLI, 2010, p. 246) a qual fixou o objetivo geral da educação de 1º e 2º graus da seguinte forma:

“Art.1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.”

Segundo Romanelli a lei tinha o propósito de possibilitar um tipo determinado de formação, com o objetivo de que essa formação possa ocorrer para que o educando se autorrealize, se qualifique para o exercício de uma atividade e atue conscientemente no meio social e político que o cerca.

A LEI 5.692 introduziu algumas mudanças como: a ampliação da obrigatoriedade escolar para 8 anos, ou seja, para a faixa etária que vai dos 7 aos 14 anos. Acontecendo em dois planos: no plano vertical, a modificação se fez com a junção do curso primário e do curso ginásial num só curso fundamental de 8 anos, eliminando se assim os chamados exames de admissão, os quais eram responsáveis pela seletividade.

No plano horizontal, houve a mudança quanto à eliminação do dualismo antes existente entre a escola secundária técnica, com a criação de uma escola única de 1º e 2º graus – o primeiro grau educação geral fundamental, sondagem vocacional e iniciação para o trabalho, e o segundo grau, com habilitação profissional de grau médio.

Aqui cabe lembrar, conforme cita Piletti (1986) a lei nº 7.044 de 18/10/82 modificou alguns artigos da Lei nº 5.692/71, tornando opcional a profissionalização no 2º grau, que pela lei de 1971 era obrigatória.

No que se refere aos cursos e ciclos escolares quanto à carga horária e durações na lei nº 5.692/71 Romanelli (2010, p. 248) assim se constituía:

1.1 Ensino de 1º grau – com 8 anos de duração e uma carga horária de 720 horas anuais. Destina-se à formação da criança e do pré-adolescente da faixa etária que vai dos 7 aos 14 anos. E a esse nível que corresponde a obrigatoriedade escolar.

1.2 Ensino de 2º grau – com 3 ou 4 anos de duração e carga horária de 2.200 horas, para os cursos de 3 anos, e 2.900 horas, para os de 4 anos. Destina-se à formação do adolescente.

Ainda a respeito da lei 5.692/71 (*apud* ROMANELLI, 2010, p.249) quanto ao conteúdo a organização do currículo escolar ficou assim prevista:

Art. 4 – Os currículos de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

No que se refere ao Ensino do Supletivo a lei 5692/71 (*apud* BREJON, 1988, p. 258) no capítulo IV diz:

Art. 24 – o ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria.
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único – O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados no vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de educação.

Em suma, a lei de diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 5.692/71: foi de tendência centralista e sua principal mudança foi quanto à unificação do ensino primário com o ginásial – constituindo o primeiro grau, num só curso fundamental de 8 anos, o que significou o prolongamento da escola única, comum e contínua de oito séries, em 1982 como já citado anteriormente houve a Lei nº 7.044/82 a qual aboliu a obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau.

No ano de 1988 houve Nova Constituição em que a responsabilidade pela organização dos sistemas de ensino deixa de ser exclusiva dos estados, reconhecendo-se a existência dos sistemas municipais.

No ano de 1996 é promulgada a Nova Lei de Diretrizes e Bases – lei nº 9.394, cuja estrutura didática passa a ter dois níveis: educação básica e educação superior:

Art. 21 – a educação escolar compõe-se de;

I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

II - educação superior.

A estrutura didática da educação básica envolve duas modalidades de ensino: a educação profissional e a educação especial, bem como, a educação à distância.

No que diz respeito às entidades mantenedoras fica para o poder público (federal, estadual, municipal), entidades particulares (leigas, confessionais), entidades mistas (autarquias etc.).

Os recursos financeiros na educação a partir de 1996, o governo federal começou a estruturar novos mecanismos de financiamento para o ensino. Uma nova estrutura legal foi aprovada abrangendo a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, sua regulamentação e uma nova LDB.

A nova LDB – Lei nº 9.394/96 estabelece no inciso VIII do Artigo 3º, o princípio da “gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da Legislação dos sistemas de ensino”, e também no Artigo 14, volta a insistir no assunto, estabelecendo princípios que devem nortear a gestão democrática do ensino público na educação básica. Estes princípios a necessidade de participação de todos – profissionais da educação, comunidade escolar e local na elaboração e desenvolvimento do projeto pedagógico da escola.

Com tudo isso se observa uma escola renovada, com a participação de todos, para elaborar o projeto político pedagógico da escola, por exemplo, todos devem dar seu parecer, os pais são convocados a estarem mais presentes nas decisões feitas e elaboradas na escola, os conselhos de classe e série também podem ser com a presença de alguns alunos, ou seja, uma escola de portas abertas à comunidade.

2.1 Contexto histórico da educação de jovens e adultos no Brasil.

A educação de Jovens e Adultos não é recente no país, pois desde o Brasil colônia os adultos eram educados conforme normas e costumes europeus, pelos jesuítas para catequizá-los e também para ensinar o trabalho manual.

A expulsão dos jesuítas ocorrida no século XVIII desorganizou o sistema de ensino já existente. Novas iniciativas incentivadoras para a educação de jovens e adultos só ocorreram muito depois disso no Brasil Império.

Conforme Paiva (1983) a constituição imperial de 1824 garantia a todos os cidadãos a educação primária gratuita.

Ainda de acordo com Paiva (1983), no ano de 1854 surgiu a primeira escola noturna e em 1876 já existiam 117 escolas por todo o país, como nas províncias do Pará e do Maranhão, que já estabeleciam fins específicos para sua educação.

Ainda segundo a mesma autora no Pará visava-se dar instrução aos escravos como forma de contribuir para sua educação e no Maranhão, que os homens do povo pudessem ter compreensão dos seus direitos e deveres (PAIVA, 1983, p.167).

A crise do sistema escravocrata e a necessidade de uma nova forma de produção são alguns dos motivos para a difusão das escolas noturnas, entretanto, essas escolas tiveram um alto índice de evasão o que contribuiu consideravelmente para o seu fracasso.

Ressurgindo novamente em 1880, com o estímulo dado pela reforma eleitoral - lei – Saraiva, a qual se tratava do decreto 3.029 de nove de Janeiro de 1881, o qual instituiu pela primeira vez o “Título de Eleitor”, proibiu o voto de analfabetos, além de ter adotado eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império. Chegando-se a cogitar a extensão da obrigatoriedade escolar aos adolescentes e adultos nos lugares em que se comprovasse a inexistência de escolas noturnas (PAIVA, 1983, p. 168).

Somente na reforma de 28 do Distrito Federal a educação de adultos recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30, pois conforme Paiva (1983) essa reforma de 28 havia cuidado da educação de adultos ao reorganizar os cursos elementares noturnos e moralizar o seu funcionamento, embora com Anísio Teixeira houve algumas modificações com o

decreto 4.209 de 25 de julho de 1933, o qual reformava o ensino elementar de adultos e organizava os cursos de continuação e aperfeiçoamento a serem ministrados nos estabelecimentos de ensino profissional (PAIVA, 1983, p.168).

Segundo Cavalcanti (2011) a partir da década de 30 o sistema educacional começa a se firmar, isso se deu devido ao crescimento do processo de industrialização e a grande invasão da população rural nos centros urbanos.

As ideias em torno da educação de adultos no Brasil, de acordo com Cavalcanti (2011), acompanham uma história de educação como um todo, onde a educação passou por momentos de grandes reflexões, em cada período se vê o sonho de tornar a educação acessível a todos para que o indivíduo possa gozar dos seus direitos.

Em cada década surgem as divergências entre os governos e professores, pois os docentes tentavam buscar um método de ensino mais significativo para trabalhar cada realidade de vida (CAVALCANTI, 2011).

Segundo Paiva (1983) foi a partir da revolução de 30 que os sistemas supletivos estaduais, ou seja, educação para adultos num período reduzido, começou a se ampliar tanto quanto os sistemas comuns de ensino, concentrando-se tal crescimento no Distrito Federal e Estados do Sul sobretudo nas áreas urbanas.

A década de 40, segundo Paiva (1983) pode ser considerada como um período áureo para o seguimento da educação de adultos. Nesta fase aconteceram inúmeras iniciativas políticas e pedagógicas de peso, tais como: a regulamentação do fundo Nacional de Ensino Primário – FNEP; a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP, incentivando e realizando estudos na área; o surgimento das primeiras obras especificamente dedicadas ao ensino supletivo; lançamento da CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, através da qual houve uma preocupação com a elaboração de material didático para adultos e as realizações de dois eventos fundamentais para a área: 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos realizado em 1947 e o Seminário Interamericano de Educação de Adultos de 1949.

No final da década de 40 e início dos anos 50, conforme Gentil (2011), tornava-se uma necessidade promover a educação do povo para acompanhar a fase

de desenvolvimento que se instalava nos países, era preciso formar os contingentes mão-de-obra necessária para atender ao crescimento das indústrias. Essa necessidade de promover a educação e qualificação foi justificada por várias teorias ligadas à política e a ampliação das bases eleitorais do país, e com incentivo externo.

Foi no ano de 1950 que se realiza a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) que marcou o início de uma nova discussão sobre a educação de adultos. Seus organizadores diziam que só a ação alfabetizadora não seria o bastante (CAVALCANTI, 2011).

Paiva (1983, p.250-253) ressalta que desde o final da década de 50 até meados de 60 viveu-se no país uma verdadeira efervescência no campo da educação de adultos e da alfabetização. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos, o qual aconteceu no Rio de Janeiro em 1958, constitui-se um marco histórico para a área. Paulo Freire, mesmo não tendo ainda um envolvimento maior com o analfabetismo entre adultos, apresenta e defende, liderando um grupo de educadores pernambucanos, o relatório intitulado: A Educação de Adultos e as populações Marginais: o problema dos mocambos. Defendia e propunha uma educação de adultos que estimulasse à colaboração, a decisão, a participação e a responsabilidade social e política.

Segundo Gentil (2011) o pensamento pedagógico de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspirou as principais propostas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. Essas propostas foram empreendidas por intelectuais e estudantes católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares. Ressalta-se que os trabalhos de educação popular, em particular da alfabetização, foram na sua grande maioria inspirados nas ideias de Paulo Freire, na chamada Pedagogia da Libertação ou Pedagogia do Oprimido.

Em 1961 foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB), programa nacional de alfabetização, ligado à CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e CPCs-Centros de Cultura Popular: organizados pela UNE-União Nacional dos Estudantes, que utilizavam o então chamado “método” Paulo Freire (NASCIMENTO, 2012).

Segundo Paiva, (1983, p. 252), esse educador constituiu uma proposta de mudança radical na educação e objetivos de ensino, partindo da compreensão de que o aluno não apenas sabe da realidade em que vive, mas também participa de sua transformação.

De acordo com Gentil (2011) esses diversos grupos de educadores adeptos de Paulo Freire foram se articulando e passaram a pressionar o governo federal para que os apoiassem e estabelecessem uma coordenação nacional de iniciativas. Em janeiro de 1964, aprovou-se o Plano Nacional de Alfabetização que previa a disseminação por todo o Brasil da proposta orientada por Paulo Freire. A preparação do plano contou com forte engajamento de estudantes, sindicatos, e diversos grupos estimulados pela efervescência política da época.

Ainda segundo Gentil (2011) o pensamento de Paulo Freire se construiu numa prática baseada num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social; se antes este era visto como uma causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passava a ser interpretado agora como um efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária.

Para Gentil (2011) fez-se necessário, portanto, que o processo educativo interferisse na estrutura social que produzia o analfabetismo, por isso, a alfabetização e a educação de base de adultos deveria partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação de origens dos seus problemas e das possibilidades de superá-los.

Nos anos 70, segundo Cavalcanti (2011), o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL cresceu por todo território nacional, variando sua atuação. Algumas das ações que surgiram foi o PEI- Programa de Educação Total que, condensava o antigo curso primário este abriria a oportunidade dos jovens continuarem seus estudos, para os recém-analfabetos e também aos analfabetos funcionais o acesso à escolaridade.

Quanto a isso afirma Possani (2007, p.39):

O Mobreal constitui-se como organização autônoma em relação ao Ministério da educação. Contando com um volume significativo de recursos, porém

desacreditado nos meios políticos e educacionais, foi extinto em 1985. Seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que abriu mão de executar diretamente os programas, passando a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas.

Segundo Gentil (2011) no período que segue, mudanças políticas e econômicas interferem nesse processo educacional e com adentrar do período militar a Educação de Adultos é concebida através de outras iniciativas governamentais. Pouco se alfabetizou após a implantação do regime militar. A educação de adultos foi levada a uma estagnação política e pedagógica vazia e superficial.

Quanto ao período militar, Possani (2007), diz que os programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire foram interrompidos alguns meses depois pelo golpe militar.

Assim cita Possani (Ação Educativa, 1996: 17 apud POSSANI, 2007 p.39):

Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização e educação popular que se multiplicaram no período entre 1961 e 1964 foram vistos como uma grave ameaça à ordem e seus promotores duramente reprimidos. O governo só permitiu a realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores até que, em 1967, ele mesmo assumiu o controle dessa atividade lançando o MOBREAL – Movimento brasileiro de Alfabetização. Era a resposta do regime militar à ainda grave situação do analfabetismo no país.

Conforme Gentil (2011) com o instalar da Democracia na década de 80, definiu-se uma nova concepção de educação de jovens e Adultos a partir da Constituição Federal de 1988.

A constituição federal foi promulgada em 1988, garantindo importantes avanços no campo do EJA. No artigo 208, a Educação passa a ser direito de todos, independentes de idade, e nas disposições transitórias, são definidas metas e recursos orçamentários para a erradicação do analfabetismo.

Assim o artigo 208 é claro na Constituição Federal de 1988:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

De acordo com Gentil (2011) chega-se assim, à década de 90 com políticas públicas educacionais pouco favoráveis a este setor, porque os programas que foram ofertados após 1988 estiveram longe de atender a demanda populacional. Somente alguns estados que sempre tiveram grupos com história política voltada para a organização popular se preocupavam em firmar convênios que possibilitassem melhores perspectivas de educação e participação popular.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº 9394/96, promulgou-se a primeira referência sobre a EJA no Título III, artigos 4º e 5º, trazendo um significativo ganho à educação de adultos, institucionalizando esta modalidade de ensino (GENTIL, 2011).

Assim destaca Silva (*apud* REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1998, p.102):

Art. 37 e 38 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Esses exames ocorrerão no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos, e no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Conforme Rosta Filho (2010) em 1990 quando Fernando Collor assumiu a Presidência da República, cuja eleição foi por voto direto à nova Presidência criou um plano com medidas econômicas com objetivo de combater à inflação.

Seu governo foi marcado por escândalos chegando ao impedimento, com sua cassação do mandato de presidente, assumindo o vice-presidente Itamar Franco em 29 de dezembro de 1992.

Ainda de acordo com Rosta Filho (2010) a primeira providência do governo Collor na área de educação de jovens e adultos – EJA foi a extinção da Fundação Educar, citada anteriormente, pela medida Provisória nº 151, de 15 de março de

1990. Assim os órgãos públicos, entidades civis e instituições, conveniadas, tiveram que assumir sozinhos com as responsabilidades pelas ações educativas, anteriormente mantidas em convênios com a EDUCAR, ocorrendo uma descentralização da educação de jovens e adultos.

Em setembro de 1990 o governo lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC, direcionado ao ensino fundamental e eliminação do analfabetismo.

A duração do mesmo estava prevista para o período do governo Collor, de 1990 a 1995, cujo objetivo era a eliminação do analfabetismo até 1998 como determina a Constituição brasileira.

O plano previa ampliar a taxa de escolarização para as crianças de 7 a 14 anos, garantindo a oferta de vagas nas instituições escolares, buscar eliminar o analfabetismo em sua origem, aumentando a taxa de alfabetização de jovens e adultos analfabetos de 15 anos a mais, qualidade de ensino, permanência na escola, correção de fluxo escolar, ampliação do atendimento na pré-escola, a revisão da política de valorização do magistério, incluindo melhor formação de professores.

No entanto, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC ficou praticamente no campo das intenções, exceto algumas ações isoladas, e foi abandonado quando o vice-presidente Itamar Franco assumiu o governo.

No ano de 1993, o Governo Federal procurou a formulação de um novo plano de política educacional, para que o Brasil pudesse ter acesso a créditos internacionais.

O plano decenal previa na modalidade EJA a ampliação ao atendimento a jovens e adultos de modo a oferecer oportunidades de educação básica equivalente ao ensino fundamental para 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de adultos pouco escolarizados. (ROSTA FILHO, 2010, p. 88- 90).

Segundo o mesmo autor no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), foi promulgada a nova LDB 9.394 em 20 de dezembro de 1996, relatada pelo

senador Darcy Ribeiro, a qual foi pouco inovadora a respeito da EJA, mantendo a grande maioria das determinações expressas em legislações anteriores.

Ainda neste mesmo ano da promulgação da nova lei LDB, 1996 foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Sua “implementação” se deu em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar em todo o país, exceto no Pará, onde a implantação ocorreu em julho de 1997.

As matrículas de jovens e adultos não eram mais computadas para efeito de repasse de verbas, o investimento foi focalizado no ensino de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, fazendo com que o setor público investisse na EJA; a educação infantil e o ensino médio também foram deixados descobertos deste financiamento. Desta forma, o ensino de jovens e adultos passou a concorrer com o ensino fundamental na esfera municipal, e com o ensino médio no âmbito estadual pelos recursos públicos não computados pelo FUNDEF, ficando mais uma vez a educação de jovens e adultos à margem.

Em 2003 Luiz Inácio Lula da Silva, assume a presidência e pela primeira vez o Brasil tem um presidente vindo de classe popular, filho de retirantes nordestinos.

Lula logo no início de sua presidência lançou o projeto Fome Zero, destinado à melhoria das condições de alimentação da população mais carente. (ROSTA FILHO, 2010, p. 94).

Em 2003 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado - PBA, voltado para a alfabetização de jovens e adultos. O programa foi desenvolvido em parceria com os Estados, Municípios e instituições alfabetizadora, coordenado pelo Ministério da Educação (POSSANI, 2010, p.39).

A autora ainda comenta que no ano de 2005, também no governo Lula, foi criado o Programa Nacional de inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária – Pró-Jovem, desenvolvido em parceria com os estados e Municípios. O qual tem por objetivo atender jovens de 18 a 24 anos, sem vínculo empregatício e que tenham concluído o quarto ano do Ensino Fundamental, mas que não tenham cursado os oito anos deste nível de ensino.

Segundo Ireland (2013) em seu artigo: Educação de Jovens e adultos como política pública no Brasil (2004-2010), no governo de Lula, houve também a criação de uma série de novos programas direcionados à aprendizagem de segmentos específicos da população jovem e adulta, buscando atender à diversidade de demandas. O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA foi criado em 2005 com a missão de ofertar a educação profissional integrada à educação básica, inicialmente em nível de ensino médio e depois em nível de ensino fundamental.

O programa Saberes da Terra, lançado também em 2005, visava à oferta integrada entre formação em nível fundamental e qualificação social e profissional em agricultura familiar e sustentabilidade para jovens agricultores. A partir de 2007, o programa integrou-se ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pró-jovem), gestado pela Secretaria Nacional de Juventude, como Pró-jovem Campo. O Pró-jovem original, como citado anteriormente foi lançado em 2005 com foco no público jovem entre 18 e 24 anos (depois ampliado para incluir jovens até 29 anos de idade) com baixa escolaridade e sem emprego formal. Oferecia um programa integrado de ensino fundamental, formação profissional inicial e ação comunitária. Ao longo do período foram incorporados, além do Pró-jovem Campo, o Pró-jovem Trabalhador, Adolescente e Prisional.

De acordo com o mesmo autor, Ireland (2013), por último, um projeto desenvolvido pelos Ministérios da Educação e Justiça com o apoio da UNESCO – Educando para a Liberdade – a partir de 2005 buscou reafirmar o direito a educação da população carcerária (em torno de 423.000) e melhorar a oferta de educação em prisões. Ao reconhecer que esse segmento era em grande parte composto por jovens, pobres, com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, o projeto visava o estabelecimento de diretrizes nacionais para a oferta da EJA em prisões como parte integrada da modalidade de EJA e, conseqüentemente, com financiamento por meio do FUNDEB.

2.2 A Educação de jovens e adultos no governo de Dilma Rousseff.

Em 1º de janeiro de 2011 a República Federativa do Brasil pela primeira vez em sua história tem uma mulher como governante, Dilma Rousseff eleita pelo voto

popular assim como o seu antecessor, Luís Inácio Lula da Silva, figura de forte representação junto às camadas populares. Ambos comprometidos com os conceitos de justiça social.

Dilma inicia seu governo com o um projeto lei em andamento, PL 8.035, o qual criou o Plano Nacional de Educação - PNE desde o final do governo de seu antecessor, Luís Inácio Lula da Silva.

Em 15 de dezembro de 2010 o projeto lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNL) para vigorar de 2011 a 2020 foi enviado pelo governo federal ao Congresso.

Segundo matéria publicada no Correio Brasiliense em 16 de outubro de 2012 nesta mesma data a Comissão de Constituição de Justiça - CC J da Câmara dos Deputados aprovou a redação final do projeto de lei que cria o novo Plano Nacional da Educação - PNL e está atualmente no ano de 2013 na Comissão de Educação do Senado e se aprovado pelos senadores sem alterações, o texto vai para a sanção presidencial.

A previsão segundo o senador José Pimentel, relator do PNE, é que o Senado conclua a votação do PNE em junho de 2013. Porém se houver alterações de mérito a proposta terá de voltar à Câmara, com isso é pouco provável que o novo PNE seja aprovado antes do fim do segundo semestre do ano de 2013.

De acordo com as informações encontradas no Portal do MEC, Brasil (2013), o novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida, bem como para educação de jovens e adultos.

Universalização e ampliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais são metas mencionadas ao longo do projeto, bem como o incentivo à

formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral, avaliação e acompanhamento periódico e individualizado de todos os envolvidos na educação do país — estudantes, professores, profissionais, gestores e demais profissionais —, estímulo e expansão do estágio. O projeto estabelece ainda estratégias para alcançar a universalização do ensino de 4 a 17 anos, prevista na Emenda Constitucional nº 59 de 2009.

A expansão da oferta de matrículas gratuitas em entidades particulares de ensino e do financiamento estudantil também está contemplada, bem como o investimento na expansão e na reestruturação das redes físicas e em equipamentos educacionais — transporte, livros, laboratórios de informática, redes de internet de alta velocidade e novas tecnologias.

O projeto confere força de lei às aferições do índice de desenvolvimento da educação básica – Ideb criado em 2007, no âmbito do PDE para escolas, municípios, estados e país. Hoje, a média brasileira está em 4,6 nos anos iniciais do ensino fundamental (primeiro ao quinto ano). A meta é chegar a seis (em uma escala até 10) em 2021. Outra norma prevista no projeto é confronto dos resultados do Ideb com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Em 2009, a média foi de 395 pontos. A expectativa é chegar a 473 em 2021 (BRASIL, 2013)

O novo plano dá relevo à elaboração de currículos básicos e avançados em todos os níveis de ensino e à diversificação de conteúdos curriculares e prevê a correção de fluxo e o combate à defasagem idade-série. São estabelecidas metas claras para o aumento da taxa de alfabetização e da escolaridade média da população.

Entre outras propostas mencionadas no texto estão à busca ativa de pessoas em idade escolar que não estejam matriculadas em instituição de ensino e monitoramento do acesso e da permanência na escola de beneficiários de programas de transferência de renda e do Programa de Prestação Continuada - BPC destinado a pessoas com deficiência. O documento determina a ampliação progressiva do investimento público em educação até atingir o mínimo de 7% do produto interno bruto (PIB) do país, com revisão desse percentual em 2015 (BRASIL, 2013).

Segundo Maia (2013), para alguns especialistas em educação, o impasse na aprovação das metas do novo PNE é fruto de uma disputa de interesses de grupos políticos e econômicos que envolvem o Executivo e o Legislativo e da falta de compreensão dos parlamentares sobre a prioridade que deve ser dada à educação pública.

Para Roberto Romano, professor de ética e Filosofia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), o Congresso é influenciado por grupos poderosos que travam o debate. "O lobby das empresas de ensino privado no Congresso é muito forte. Eles certamente não têm interesse em que se aprove um aumento substancial dos investimentos em educação pública". (ROMANO, *apud* MAIA, 2013).

Ainda diz o mesmo professor Roberto Romano (*apud* MAIA, 2013):

"No fundo, o que nós temos é a velha dicotomia entre os que defendem o incentivo ao ensino e os que defendem o fortalecimento da educação pública. Isso vem desde a década de 1960, com os militares, que expandiram o ensino público sem garantir que ele tivesse as condições de manter os níveis de excelência que possuía. Não podemos continuar incentivando esse processo".

Conforme Maia (2013), a meta 20 do PNE, que define o volume e o destino dos recursos públicos investidos em educação, representa o maior entrave para a aprovação do PNE no momento. Após a Câmara dos deputados aprovarem a meta de investimento equivalente a 10% do PIB (Produto Interno Bruto) até o fim da década, o texto seguiu para o Senado, onde ganhou a relatoria do senador José Pimentel (PT – CE).

Este mesmo senador, segundo Maia (2013), José Pimentel defende que no cálculo dos 10% do PIB também sejam incluídos os gastos públicos indiretos, o que inclui bolsas de estudo do Prouni (Programa Universidade Para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento estudantil), que beneficiam a rede particular de ensino superior, além de outros convênios com a iniciativa privada. Pimentel considera necessário contemplar parcerias.

Diz professor Cardoso Amaral, professor da UFG (Universidade Federal de Goiás) (AMARAL *apud* MAIA, 2013):

Não será possível dar salto de qualidade na educação sem o investimento de 10% do PIB a partir da próxima década. Esse é o percentual mínimo, segundo cálculos da maioria dos pesquisadores, para garantir que todas as outras metas sejam cumpridas.

Amaral (apud MAIA 2013) alerta ainda, quanto a isso sobre a “oportunidade histórica” de elevar os investimentos no setor, levando em conta as transformações demográficas que o país enfrentará nas próximas décadas. “A partir de 2030, a população brasileira deixará de crescer, por conta da baixa taxa de natalidade. Se não investirmos o suficiente em educação agora, teremos uma população envelhecida e deseducada”, assim ele prevê.

O mesmo pesquisador Amaral (apud MAIA, 2013) acrescenta:

O que o governo e os parlamentares precisam ter em mente, é que, no futuro, esse nível de investimento pode e deve ser reduzido, para algo em torno de 6% do PIB, que é a taxa média praticada nos países desenvolvidos. Isso será possível porque cairá o número de brasileiros em idade educacional; hoje são 82,5 milhões e passariam a ser 65,4 milhões em 2030.

No projeto lei do novo Plano de Educação - PNE prevê para a educação de Jovens e adultos em seu artigo 2º entre suas diretrizes a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, formação para o trabalho entre outras.

A meta nº 3 do PNE diz a respeito da universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos até 2016 e elevar até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% nesta faixa etária.

No que diz respeito às estratégias referentes a esta meta, a de nº 3.10 refere-se aos programas de educação de jovens e adultos tanto para a população urbana quanto a do campo PNE (2010):

Estratégia 3.10:

Fomentar programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 17 anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.

A estratégia de nº 7.17 diz respeito da ampliação da educação escolar do campo, quilombola e indígena a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural.

Quanto a isso, a presidente Dilma lançou em 20 de março de 2012 o PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo) o qual é em conjunto com o MEC (Ministério da Educação) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Segundo Marquez (2013) hoje, cerca de 6,5 milhões de estudantes estudam em escolas rurais, em cerca de mil municípios que convivem com condições de pobreza aguda e dificuldades de acesso; 15% das escolas rurais não possuem energia elétrica, 10,4% não têm água potável e 14,7% não têm nem esgoto sanitário.

Segundo o ministro da Educação, Aloízio Mercadante (*apud* MARQUEZ, 2013), o programa vai ser voltado para o campo, com particularidades das áreas rurais, pois ele diz que o jovem do campo vê na televisão uma realidade predominantemente das cidades e chega à escola tem um material didático que não tem nada a ver com o que ele vive, o ministro afirma que deve ser valorizada a cultura e a tradição do campo.

De acordo com Maquez (2013) o programa prevê construção e reforma de escolas, qualificação de professores e a criação de grades curriculares e disciplinas específicas, adaptadas à realidade dos estudantes que vivem na zona rural.

O objetivo do Programa é oferecer apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e municípios para a implementação da política de educação do campo, atendendo escolas rurais e quilombolas.

Conforme Marquez (2013) segundo o Ministério da Educação, no campo, 23,18% da população com mais de 15 anos é analfabeta e 50,95% não concluiu o ensino fundamental.

Atualmente, 40,7% das escolas brasileiras estão nas áreas rurais ou 76 mil escolas, isso inclui quilombolas, indígenas e escolas em zonas rurais, segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). No entanto, apenas

12,48% do total de matrículas da escola básica (6,2 milhões) são nas áreas rurais. Só nos últimos cinco anos 13.691 escolas no campo foram fechadas (MARQUEZ, 2013).

De acordo com Marquez (2013), o programa está dividido em quatro Eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica; e Infraestrutura Física e Tecnológica, com metas previstas para o período 2012 - 2014.

Ainda conforme a jornalista, mais de três milhões de estudantes receberão material didático relacionado à realidade do campo por meio do Programa Nacional do Livro Didático. Já o programa Mais Educação oferecerá atividades de acompanhamento pedagógico, práticas vinculadas a agroecologia, iniciação científica, direitos em humanos, cultura e arte popular, esporte, lazer, memória e história das comunidades tradicionais. A meta é atender 10 mil escolas com educação integral até 2014.

Para desenvolver a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica, o governo federal pretende expandir a oferta de cursos voltados ao desenvolvimento do campo nos institutos federais. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Campo apoiará a inclusão social dos jovens e trabalhadores do campo. Para isso, serão dedicadas 120 mil bolsas de estudo do Pronatec Campo.

A meta de nº 9 do Projeto Lei da Educação Nacional tem por objetivo: “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional” (PNE, 2010).

Essa meta tem como estratégias específicas para a educação de jovens e adultos o seguinte:

9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.3 Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem.

9.4 Promover chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade.

Já a meta de nº 10 diz que se deve oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio e quanto a isso já se vem desenvolvendo por meio de instituições como o IF (Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia) em suas diversas unidades, programas como o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

As estratégias relacionadas a essa meta de nº 10 quanto aos jovens e adultos destacam-se aqui as de números um, dois e três, as demais serão citadas posteriormente. De acordo com o PNE (2010), são elas:

10.1 Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.

10.2 Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

10.3 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.

Percebe-se aqui uma preocupação na elaboração do Projeto Lei da Educação em atender de forma específica à educação de jovens e adultos, porém na realidade sabe-se que depende de vários fatores para que efetivamente o projeto seja posto em prática, como por exemplo, as políticas públicas de cada município.

Lembrando-se das políticas públicas é válido comentar que, no ano de 2009 deu-se o início do Programa Nacional do Livro Didático para a educação de Jovens e adultos. Ele incorporou o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos - PNLA, e ampliou o atendimento, incluindo o primeiro e o segundo segmentos de EJA, que correspondem aos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Seu objetivo é distribuir obras e coleções de qualidade para alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado e estudantes da EJA das redes públicas de ensino.

Este material tem uma vantagem que é aproximar-se do cotidiano e realidade do jovem e adulto, o livro de alfabetização traz ilustrações, exemplos próprios para o adulto e a coleção do fundamental 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º traz um eixo temático para cada ano incluindo as diversas disciplinas em um único volume, as disciplinas abordadas são: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Língua estrangeira (Inglês) e Arte.

2.2.1 EJA, evasão escolar e as políticas públicas.

A EJA possui uma clientela que apresenta uma diversidade de fatores que contribuem para que a sua permanência na escola seja passageira, muitas vezes como um relâmpago, existem os fatores externos e internos à escola, entre os fatores externos tem-se o trabalho, as desigualdades sociais, o próprio aluno, a família, região de onde veio. E dentre os fatores internos escolares tem-se a própria escola, sua estrutura e adaptação a esse público alvo.

Quanto a esse alunado Oliveira (1999, p.59) diz:

O adulto [...] Ele é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo.

Segundo Possani, a expulsão de alunos do ensino Fundamental regular faz com que os mais jovens procurem os cursos de EJA. Estes jovens, se não

trabalham, estão procurando emprego, pois precisam contribuir com o pagamento das despesas de casa. (POSSANI, 2007, p.37).

A mesma autora, Possani (2007, p.37) ainda comenta o seguinte sobre a procura por vagas nos cursos de EJA:

A procura por vagas, nos cursos de EJA, tem sua origem na própria história da educação de adultos, no Brasil, que surgiu na década de trinta, apontando para a exclusão de um grande número de pessoas do mundo escolar. Só uma minoria tinha direito à educação, deixando fora da escola muitas crianças em idade escolar e, chegando à idade adulta, analfabetas. As lutas em favor da educação fundamental gratuita, reivindicada por setores populares da sociedade, deram início à entrada das classes populares, na escola.

Também quanto a esse tema exclusão e fatores internos da escola que colaboram para a evasão, Oliveira (1999, p.61) comenta:

O primeiro traço cultural relevante para esses jovens e adultos, especialmente porque movemos, aqui, no contexto da escolarização, é a condição de excluídos da escola regular. O tema de exclusão escolar é bastante proeminente na literatura sobre educação, especialmente no que diz respeito a aspectos sociológicos – relações entre escola e sociedade, direito à educação, educação e cidadania, escola, trabalho e classe social – e aspectos pedagógicos ou psicopedagógicos – fracasso escolar, evasão e repetência, práticas de avaliação.

Deve-se levar em consideração em relação ao adulto que ingressa na EJA, que por diversas vezes procura a escola na tentativa de recuperar o “tempo perdido”, porém quando chega se depara com uma soma de fatores como: o tempo que ficou fora da escola, eles se dizem destreinados para a escrita, para a leitura, os conteúdos em si muitas vezes eles se sentem incapazes de assimilá-los, por um lado a própria autoestima deste adulto está comprometida devido a tudo que passou tanto na infância como já na vida adulta, um casamento que não deu certo, por exemplo, filhos para educar, o peso das responsabilidades. É sabido que muitas “donas de casa” deixam de estudar, ingressam na EJA, mas abandonam, pois ficam no impasse do cuidado dos filhos, às vezes, filhos adolescentes ou crianças que sentem a necessidade da presença destas mães em casa.

Quanto ao aluno do sexo masculino adulto, considerando-se dos 18 anos em diante, tem-se o fator cansaço, por não se ter o estudo, como eles mesmos comentam, acaba enfrentando um trabalho braçal, chega à noite vai à escola, muito cansado não conseguindo concentrar-se nos estudos, sem contar que se sentem envergonhados em voltar a estudar, Oliveira (1999, p.62) confirma essa situação dizendo:

Os alunos têm vergonha de frequentar a escola depois de adultos e muitas vezes pensam que serão os únicos adultos em classes de crianças, sentindo-se por isso humilhados e tornando-se inseguros quanto a sua própria capacidade para aprender.

A respeito do jovem, entre 15 a 17 anos, aluno da EJA, são vários os fatores que os levam a desistirem, porém o maior motivo é a própria autoestima baixa, o aluno que veio do ensino fundamental regular, muitas vezes é possível que neste ensino fundamental regular que ele fazia há casos em que este aluno aja com descaso, com defasagem no aprendizado e o pior, envolvido na maioria das vezes com entorpecentes, chega à EJA já comprometido neste aspecto, juntam-se com os demais que possuem as mesmas características e acabam por atrapalhar, por meio de brincadeiras e entorpecidos.

Assim, os mais velhos, adultos, citados anteriormente que vieram com objetivo de concluir, resgatar uma etapa deixada para traz em suas vidas e também com seus motivos pessoais que lhe pesam, acabam por desistindo do estudo por sentirem incomodados pelo comportamento dos mais jovens. Segundo Oliveira (1999, p. 59-60):

[...] E o jovem, incorporado ao território da antiga educação de adultos relativamente há pouco tempo, não é aquele com uma história de escolarização regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa bio-psicológica da vida. Como o adulto ele também é um excluído da escola [...]

O que ocorre e se presencia na EJA no ano de 2013 é um conflito de gerações, por um lado o adulto que chega fragilizado devido suas somatórias: história de vida, cansaço do trabalho, autoestima baixa, casamento desestruturado se depara por outro lado com menores igualmente fragilizados, por fatores que se

diferenciam do adulto, mas que também o fragiliza, talvez não menos que o adulto, pois eles possuem motivos e fatores diferenciados para estarem buscando este tipo de modalidade de ensino, mas igualmente comprometidos em sua autoestima, falta de perspectiva de vida, assim tudo isso colabora para que haja a evasão na EJA de ambas as partes tanto jovens como adultos.

Diante do exposto, é necessário que os poderes públicos, além de oferecerem alguns programas para auxiliarem no trabalho ou futuro emprego deste jovem e adulto cumpram efetivamente a estratégia número 10.7 do Plano Nacional da Educação- PNE (2010), para o próximo decênio 2011-2020 com urgência que diz:

Estratégia 10.7:

Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos integrada com a educação profissional.

Percebe-se que neste aspecto psicopedagógico falta às escolas esse apoio, no século XXI a sociedade vem enfrentando um grande inimigo, pode-se até considerar como o mal do século que são os entorpecentes, diante disto, toda a equipe gestora, assim como o corpo docente precisam de capacitações, formações neste aspecto para poderem lidar com este problema tão delicado.

Nas salas da EJA estão presentes alunos com liberdade assistida, pessoas essas que precisam sim ser olhadas, cuidadas e reintegradas ao meio social, porém é necessário apoio para esta efetivação.

Quanto à evasão Oliveira (1999, p. 62) também comenta:

Na verdade, os altos índices de evasão e repetência nos programas de educação de jovens e adultos indicam falta de sintonia entre essa escola e os alunos que dela se servem, embora não possamos desconsiderar a esse respeito, fatores de ordem socioeconômica que acabam por impedir que os alunos se dediquem plenamente a seu projeto pessoal de desenvolvimento nesses programas.

O Ministério da Educação tem se preocupado a respeito da linguagem e conteúdo a serem ministrados aos jovens e adultos tanto é que desde 2009 tem se distribuído por meio do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos - PNLD EJA, tendo o livro Brasil Alfabetizado volume único de alfabetização, Ensino Fundamental de 6º a 9º anos.

No entanto, ainda falta o direcionamento e apoio para a parte psicopedagógica.

Por outro lado, percebe-se que pesquisas mostram municípios que se preocupam com sua realidade específica no ensino da Educação de Jovens e Adultos e vêm fazendo a diferença.

Segundo pesquisa feita por Ana Rita Martins e outros educadores (2010), no artigo intitulado: Pelo direito de saber ler e escrever, à Revista Nova Escola, no Brasil existe 14,2 milhões de pessoas que não são capazes de ler o rótulo de um produto no supermercado, identificar o destino num letreiro de ônibus ou assinar o próprio nome. Ou seja, ainda no ano de 2013 não se conseguiu erradicar o analfabetismo.

A Revista Nova Escola visitou 11 municípios que foram considerados os melhores, segundo a autora citada, no combate ao analfabetismo e registrou as melhores práticas e as reuniu numa lista de sete ações que podem inspirar outros municípios brasileiros.

A primeira delas é “encontrar quem precisa ser alfabetizado”, segundo a pesquisa é necessário ir à busca, visitar bairros, casas só o uso de cartazes não funciona é preciso ir ao encontro dessas pessoas.

O adulto muitas vezes se acomoda em seu estado de vida, e com a autoestima baixa não tem forças para sair desta situação.

Outra ação eficaz segundo pesquisa da Revista Nova Escola é “criar horário de aulas para atender todos os públicos”, flexibilizar a duração das aulas e para as zonas rurais adaptar ao período das colheitas.

“Investir em formação inicial e continuada”, o professor precisa de uma formação contínua e perfil para esse alunado, não pode destinar a esse público uma

pessoa sem formação ou apenas ver na EJA uma complementação de jornada, ou subestimar o profissional nesta área.

“Combater os altos índices de evasão na EJA, uma ação importantíssima”. Assim afirma Nova Escola (2010, nº 235, p. 90-92)

[...] Na EJA, manter os alunos em sala envolve permitir que eles conciliem as aula com o trabalho e os afazeres domésticos. Também é preciso lidar com o fato de muitos já terem estudado e parado, o que requer cuidados em dobro para que não desistam novamente [...]

Para se combater a evasão é preciso criatividade e atitudes concretas indo à busca dos alunos em casa como é feito no Município de Itapiranga no estado do Amazonas e Guajará, cidades essas que fizeram parte da pesquisa feita por Nova Escola (2010, nº 235), nesses municípios os professores vão em busca dos alunos e todo esse cuidado fez com que segundo a pesquisa, a taxa de evasão na alfabetização de jovens e adultos do município Guajará tivesse a média de 7% enquanto a média nacional é de 32%.

Outra ação necessária segundo a pesquisa, é “oferecer materiais didáticos específicos para a EJA”, no Brasil já tem o Programa Nacional do Livro Didático para a educação de jovens e adultos PNLD EJA, desde 2009, que disponibiliza um material mais acessível a esse público, em 2013 tem até livros paradidáticos destinados à leituras extraclases ou na própria sala de aula, o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, inclusive para a EJA, algo que há alguns anos não havia.

A sexta ação da pesquisa da Nova escola é “aumentar os recursos para a EJA”, é necessário investir neste segmento, pois os alunos da EJA sempre dependem da estrutura do ensino regular, pois não se tem na maioria das vezes um espaço apropriado só para os alunos deste segmento, parece que esta modalidade de ensino, por ter um número menor de alunos em relação ao ensino regular, sempre fica em segundo plano, até mesmo nas reuniões de horários de trabalho coletivo HTC, na falta de um gestor deixa-se em horário livre, pois tem um número menor de professores.

A sétima e última ação apresentada pela revista é “trabalhar a inclusão para jovens e adultos”, inserindo-os em trabalhos de grupo e trabalhos extraclasse, devido suas rotinas com médicos e limitações.

Diante do exposto, nota-se que na Educação de Jovens e Adultos necessita-se de um esforço dos poderes públicos, cada município juntamente com a Secretaria da Educação local definir metas, meios, projetos para voltarem uma atenção maior para essa população que merece um ensino de qualidade, tanto quanto em conteúdo como em estratégias apropriadas para erradicar o analfabetismo em cada região, bem como oferecer subsídios para que o adulto e o jovem já alfabetizados prossigam seus estudos a nível fundamental (ciclos III e IV), bem como Ensino Médio.

O que se observa é que o aluno da EJA termina o fundamental e não lhe é oferecido oportunidades para continuar seu estudo no Ensino Médio, é responsabilidade do Estado essa continuidade, porém o que se verifica é uma ou outra escola estadual noturna oferecendo EJA Médio.

De acordo com pesquisa feita por Priscilla Borges (2012), as políticas de inclusão dos jovens no sistema educacional fracassam, pois colocar os brasileiros de 15 a 17 anos na escola é maior desafio a ser superado para que a Emenda Constitucional 59 seja cumprida. A lei determina que, até 2016 todas as crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos sejam matriculados no sistema educacional. Todavia, em vez de voltar à escola, a população jovem tem-se afastado ainda mais.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, divulgados em 21 de setembro de 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que a quantidade de adolescentes de 15 a 17 anos longe dos bancos escolares aumentou. Em 2009, era 1.479.000 de brasileiros nessa faixa etária não estudavam. Eles representavam 14,8% dessa população. No ano de 2010, o número de excluídos subiu para 1.722.000 (16,3% dos 10,5 milhões de jovens).

Essa pesquisa deixa claro como o jovem não tem dado prosseguimento aos seus estudos e dentre esses jovens há aqueles que provavelmente terminaram o fundamental na EJA e não deram continuidade por falta de oportunidades.

Nesse aspecto pesquisa de Borges (2012) diz:

O IBGE não divulgou os dados que mostram com precisão quantos estudantes estão em séries corretas para a idade que possuem. No entanto, há pistas sobre o quão atrasados eles estão. Dos 5,5 milhões de alunos com 16 ou 17 anos, 1,5 milhão ainda cursava o ensino fundamental, etapa que deveriam ter concluído aos 14 anos. O número seria maior se fossem incluídos nas contas os adolescentes de 15 anos, mas não há dados específicos sobre eles ainda.

De acordo com a Nova Escola na reportagem intitulada: Desperdício institucionalizado (2007, nº200, p.34), em 2005 1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos abandonou a escola.

Assim, verifica-se que há muitos jovens abandonando o estudo e as possíveis causas são variadas.

3. ESTUDO DE CASO

O estudo de caso deste trabalho de conclusão de curso foi realizado na cidade de Salto SP. , situada a 100 km da capital, São Paulo.

A intenção é identificar e analisar através de dados colhidos na Secretaria de Educação Municipal de Salto, envolvendo as unidades escolares que trabalham e ou trabalharam com a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Verificando-se a respeito da evasão ocorrida neste segmento de ensino entre os anos 2005 a 2013 e enfatizando parcerias adotadas por este município como meio de inserir o aluno no mundo do trabalho.

3.1 Metodologia da Pesquisa Exploratória

Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se como suporte metodológico a abordagem qualitativa por proporcionar uma compreensão mais detalhada da realidade pesquisada.

Junto a essa abordagem, optou-se pela pesquisa bibliográfica, bem como, pelos dados obtidos por meio de visitas à Secretaria da Educação Municipal de Salto e unidades escolares, as quais possuem a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

3.2 Caracterização da cidade de Salto

Considera-se como data da fundação de Salto o dia da bênção da Capela dedicada à Nossa Senhora do Monte Serrat, ocorrida em 16 de junho de 1698, cujo fundador foi capitão Antônio Vieira Tavares – então proprietário do Sítio Cachoeira – cujas terras correspondem hoje à partida da cidade de Salto, que no ano de 2013 tem 315 anos.

De acordo com o IBEGE do ano de 2010, Salto possui aproximadamente 103.795 habitantes.

Esta cidade é considerada como acolhedora, pois a mesma abrigou imigrantes italianos e muitos migrantes de várias regiões do Brasil, atraídos pela oferta de empregos devido às indústrias nela existentes.

Salto possui algumas fábricas tradicionais, “Fábrica de papel” como todos a chamam a Arjowiggins Security, a Eucatex Madeira e Química, a antiga Brasital S.A, cujo nome é a junção do Brasil e Itália, que se instalou nesta cidade em 1919 a 1980, em 1981 passou a se chamar Santista S.A. Hoje se tornou uma instituição de Ensino, Faculdade CEUNSP (Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio), sua arquitetura externa foi conservada em suas características, que lembra “castelos medievais”.

Várias indústrias compuseram e compõem o distrito industrial em 2013, como: Novik, produtora de alto-falantes, Gianini, indústria de instrumentos de cordas,

Altena, Nord, Alph, Tijolos Solo, Solcim, Têxtil Gabriel, Calfat, Marcicano, Nagel, cotia, Merlin, Farintex, Gran Oest.

Assim muitos migrantes sentiram-se atraídos por esta cidade.

A cidade de Salto foi elevada à estância turística em 17 de agosto de 1999, a mesma possui vários pontos turísticos dentre eles o Parque Rocha Mountonnée, Parque das Lavras, Monumento à Padroeira com 38 metros em concreto armado, Complexo da Cachoeira entre outros.

3.2.1 O Município de Salto e a Educação

A cidade de Salto sempre se preocupou com a educação, já na primeira década do século XX Salto possuía seu primeiro Grupo Escolar, o qual anexou oito escolas isoladas e criando mais duas escolas, a escola recebeu o nome de “Tancredo do Amaral” em homenagem a um dos primeiros professores de Salto.

No ano de 2013, Salto possui uma ampla rede de ensino Municipal representada por vinte e três unidades de educação infantil I, II e III e doze unidades de educação fundamental I sendo que no período noturno, três unidades destas doze atendem à Educação de Jovens e Adultos-EJA em nível de ensino fundamental I e II. Que são elas: Centro de Educação Municipal de Salto-CEMUS, unidade I – CEMUS I, unidade V - CEMUS V e unidade IX - CEMUS IX.

No momento a unidade IV mantém o curso Técnico em contabilidade também em regime de suplência com duração de um ano para alunos que cursam o último ano do ensino médio ou já concluiu este segmento, pois de acordo com a L.D.B. LEI 9.394/96 extinguiu-se o Curso Profissionalizante com habilitação Plena para Ensino Médio (1ª, 2ª, 3ª séries) para ingressar no Curso Técnico, o aluno deveria e deve terminar o Ensino Médio, ou estar cursando em série concomitante. Vale lembrar que este curso é frequentado até mesmo por alunos já graduados que pretendem fazer uma segunda graduação, tendo como base a Contabilidade.

Segundo o historiador saltense Liberalesso (2009, p.89), além das escolas municipais, Salto possui dezessete escolas estaduais, escolas profissionalizantes do SESI e do SENAI, uma escola técnica federal IF, as faculdades Santana e o Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio e Jesus de Nazaré, que engloba cursos de direito, engenharia, administração de empresas, hotelaria, turismo, letras, pedagogia e muitos outros.

Em Salto a antiga modalidade para adultos, chamada de suplência ou Supletivo, tem como registro de aprovação para suplência I (1ª a 4ª série) e suplência II (5ª a 8ª série) a data de 01 de julho de 1986, cujo número de alunos naquele ano era de 85 alunos na suplência I e 435 alunos na suplência II.

Também segundo consta em registro foi aprovado o curso supletivo, ensino com período reduzido para adultos, em nível de Ensino Médio, antigo 2º Grau, em

11 de fevereiro de 1987, aprovação pelo Conselho Estadual de Educação na Unidade II, CEMUS II. (D.O.E.SEC I, São Paulo, 93,239), com um número de 96 alunos, no ano seguinte já se tinha o dobro de alunos.

Porém, antes disso ainda, o município de Salto iniciou o ensino regular no segmento Médio, antigo 2º Grau com habilitação profissional em Contabilidade em 1975 em caráter particular e em 1978 passa a ser municipal.

Em 2013 este curso ainda é mantido pelo município de Salto em forma de suplência com duração de um ano, como já foi citado anteriormente.

Ainda no início da segunda década do século 21, em Salto, não há mais o curso supletivo ou EJA em nível de Ensino Médio, este foi extinto no ano de 2007, as salas foram sendo extintas gradativamente. Segundo Campos (1998 p.61), no ano de 1998 no município de Salto havia no total entre alunos da EJA de 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série, Ensino Médio e Técnico em Contabilidade 47 classes com um total aproximado de 1900 alunos sendo atendidos pela rede municipal na modalidade EJA.

No ano de 2013, o Município de Salto não mantém mais o curso de ensino Médio para a EJA dando prioridade ao Ensino Infantil (creches), ou seja, enquanto não se atenda a demanda do Infantil não se deve atender a EJA Médio, uma vez que é de responsabilidade, conforme a Constituição Federal de 1988 e LDB Lei 9.394/96, o ensino Médio compete ao Estado.

A Constituição Federal, em seu artigo 211, §§ 2º e 3º, dispõe que prioritariamente os municípios atuarão no ensino fundamental e na educação infantil e os Estados no ensino fundamental e no ensino médio. Assim cita a Constituição (BRASIL, 1988, p. 139):

Art.211. A União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios. E prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

Baseando-se nisso a LDB em seu artigo 11, inciso V (BRASIL, 1996, p.6), diz:

Art.11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V – oferecer à educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, ensino fundamental, permitido a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos de sua área de competência e com recursos acima dos

percentuais mínimos vinculados pela constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

É preciso lembrar aqui a respeito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação o FUNDEB, quanto o que ele é exatamente Callegari (2007, p.59) diz:

Trata-se de um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual e abrangendo todos os Estados brasileiros, mais o distrito Federal. No âmbito de cada Estado o FUNDEB reúne os governos em níveis estadual e municipal. Instituído em modelagem única, o FUNDEB é singular, Estados a estados e no Distrito Federal: os vinte e sete FUNDEBs implantados não se correlacionam, nem interagem entre si. A identidade entre eles é somente no tocante à denominação, às regras de funcionamento e à finalidade. Não é um fundo da União e, Estado a estado, também não é um Fundo estadual. No âmbito de cada estado, é um Fundo em comum do Governo do Estado e dos seus Municípios, como expressão de comprometimento, interesses e reciprocidades que pressupõem ação conjunta para a consecução de objetivos comuns.

Assim, percebe-se que este fundo veio para colaborar com a educação, e também para com os profissionais da educação.

3.2.2 As Políticas Públicas em Salto como meios de inserir o aluno no mundo do trabalho e combate à evasão

Salto é uma cidade que desde 1986 trabalha com a EJA, antes denominada de Supletivo, suplência I (1ª a 4ª série) e suplência II (5ª a 8ª série) e de 1987 a 2007 com Ensino Médio, hoje extinto na rede municipal.

Segundo Campos (1998 p.61), no ano de 1998 o antigo supletivo, suplências I, II, Ensino Médio e Contabilidade, chegaram até aproximadamente 1900 alunos.

Conforme dados da Secretaria de Educação Municipal de Salto no ano de 2013 teve-se um número aproximado de 643 matrículas, incluindo todas as unidades escolares onde se tem o curso da EJA, que no ano de 2013 são três unidades, ou seja, Salto já teve um número bem maior de alunos no final da década de 80 e 90 no que se refere a este segmento de ensino, percebe-se que a cada ano o Ensino Fundamental EJA, em Salto, vem diminuindo e de acordo com a constituição, em seu artigo 211, §§ 2º e 3º, como já citado anteriormente, dispõe que prioritariamente os Municípios atuarão no ensino fundamental e na educação infantil e os Estados no ensino fundamental e no ensino médio.

Isso vem ocorrendo no município de Salto desde 1999 a educação infantil está crescendo gradativamente.

Pretende-se aqui mostrar alguns indicadores a respeito do número de alunos matriculados, evadidos e concluintes da EJA no município de Salto durante oito anos desde 2005 a 2012, no ano de 2013 os dados obtidos até a data da pesquisa foram referentes aos alunos somente matriculados, desta forma não são demonstrados nas tabelas apresentadas. Os dados aqui expostos foram cedidos pela Secretaria da Educação do município de Salto e dados também fornecidos pelas escolas envolvidas na pesquisa.

As unidades escolares apresentadas são no total de sete, em 2013 na rede municipal tem-se somente três unidades com a Educação de Jovens e Adultos – EJA, elas foram gradativamente se fechando devido ao número de alunos ingressantes nesta modalidade de ensino e extinção do Ensino Médio, cuja responsabilidade é segundo a Constituição de 1988 e LDB 9.394/96, do Estado, como já citado anteriormente.

Tabela 1 - Cemus I 2005 – 2012, 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental– Salto – SP.

| Ano | Matriculados | Evadidos | % | Concluintes | % |
|------|--------------|----------|--------|-------------|--------|
| 2005 | 517 | 136 | 26.30% | 381 | 73.70% |
| 2006 | 610 | 133 | 21.80% | 477 | 78.20% |
| 2007 | 463 | 85 | 28.36% | 378 | 81.64% |
| 2008 | 352 | 132 | 37.50% | 220 | 62.50% |
| 2009 | 335 | 69 | 20.60% | 266 | 79.40% |
| 2010 | 476 | 149 | 31.30% | 327 | 68.70% |
| 2011 | 451 | 213 | 47.20% | 238 | 52.80% |
| 2012 | 362 | 176 | 48.61% | 186 | 51.39% |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Tabela 2 - Cemus II 2005 – 2007, 1º e 2º semestres EJA, Ensino Médio – Salto SP.

| Ano | Matriculados | Evadidos | % | Concluintes | % |
|------|--------------|----------|--------|-------------|--------|
| 2005 | 295 | 34 | 11.53% | 261 | 88.47% |
| 2006 | 159 | 22 | 13.84% | 137 | 86.16% |
| 2007 | 40 | 06 | 15% | 34 | 85% |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

A escola Cemus II teve Ensino Médio desde 1987 e em 2007 foi o último ano com essa modalidade de ensino.

Tabela 3 - Cemus II 2012, 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental – Salto SP.

| Ano | Matriculados | Evadidos | % | Concluintes | % |
|------|--------------|----------|-------|-------------|-------|
| 2012 | 24 | 09 | 37,5% | 15 | 62.5% |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Esta Escola acima relacionada excepcionalmente no 1º semestre de 2012 abriu uma sala durante o período da manhã para oferecer uma diversidade de

horário, porém no segundo semestre foi extinta, por falta de procura de vagas e também para atender a demanda do infantil.

Tabela 4 - Cemus IV 2005 – 2009, 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental – Salto SP.

| Ano | Matriculados | Evadidos | % | Concluintes | % |
|------|--------------|----------|--------|-------------|--------|
| 2005 | - | - | - | - | - |
| 2006 | 78 | 30 | 38.46% | 48 | 61.54% |
| 2007 | 262 | 78 | 29.77% | 184 | 70.23% |
| 2008 | 243 | 60 | 24.70% | 183 | 75.30% |
| 2009 | 156 | 06 | 3.85% | 150 | 96.15% |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Esta unidade de ensino acima relacionada teve suas últimas turmas na modalidade da EJA fundamental no ano de 2009, enquanto o ensino médio foi extinto nessa mesma unidade em 2007, ou seja, houve as últimas turmas em 2006 conforme tabela abaixo que segue.

Tabela 5 - Cemus IV 2005 – 2006, 1º e 2º semestres EJA, Ensino Médio – Salto SP.

| Ano | Matrículas | Evadidos | % | Concluintes | % |
|------|------------|----------|--------|-------------|--------|
| 2005 | 654 | 34 | 5.20% | 620 | 94.80% |
| 2006 | 246 | 31 | 12.60% | 215 | 87.40% |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Tabela 6 - Cemus V 2005 – 2012, 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental – Salto SP.

| Ano | Matriculados | Evadidos | % | Concluintes | % |
|------|--------------|----------|--------|-------------|--------|
| 2005 | 88 | 11 | 12.50% | 77 | 87.50% |
| 2006 | 110 | 0 | 0% | 110 | 100% |
| 2007 | 229 | 0 | 0% | 229 | 100% |
| 2008 | 217 | 0 | 0% | 217 | 100% |
| 2009 | 175 | 09 | 5.14% | 166 | 94.86 |
| 2010 | 274 | 85 | 31% | 189 | 69% |
| 2011 | 307 | 102 | 33.23% | 205 | 66.77% |
| 2012 | 183 | 06 | 3.28% | 177 | 96.72% |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Tabela 7 - Cemus V 2005 – 2007, 1º e 2º semestres EJA, Ensino Médio – Salto SP.

| Ano | Matrículas | Evadidos | % | Concluintes | % |
|------|------------|----------|-------|-------------|--------|
| 2005 | 326 | 26 | 7.98% | 300 | 92,02% |
| 2006 | 272 | 7 | 2.57% | 265 | 97,43% |
| 2007 | 36 | 2 | 5,56% | 34 | 94,44% |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Tabela 8 - Cemus VI 2005 – 2009, 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental – Salto SP.

| Ano | Matrículas | Evadidos | % | Concluintes | % |
|------|------------|----------|--------|-------------|--------|
| 2005 | 340 | 66 | 19.40% | 274 | 80.60% |
| 2006 | 278 | 60 | 21.60% | 218 | 78.40% |
| 2007 | 283 | 56 | 19.78% | 227 | 80.22% |
| 2008 | 281 | 47 | 16.72% | 234 | 83.28% |
| 2009 | 200 | 39 | 19.50% | 161 | 80.50% |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Tabela 9 - Cemus VII 2005 – 2012, 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental – Salto SP.

| Ano | Matriculados | Evasão | % | Concluintes | % |
|------|--------------|--------|--------|-------------|--------|
| 2005 | 162 | 26 | 16.05% | 136 | 83.95% |
| 2006 | 177 | 40 | 22.60% | 137 | 77.40% |
| 2007 | 168 | 45 | 26.78% | 123 | 73.22% |
| 2008 | 212 | 08 | 3.77% | 204 | 96.23% |
| 2009 | 208 | 49 | 23.55% | 159 | 76.45% |
| 2010 | 157 | 45 | 28.66% | 112 | 71.34% |
| 2011 | 155 | 02 | 1.30% | 153 | 98.70% |
| 2012 | 129 | 22 | 17.05% | 107 | 82.95% |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Tabela 10 - Cemus IX 2005 – 2012, 1º e 2º semestres EJA, Ensino Fundamental – Salto SP.

| Ano | Matriculados | Evadidos | % | Concluintes | % |
|------|--------------|----------|--------|-------------|--------|
| 2005 | 355 | 09 | 2,54% | 346 | 97.46% |
| 2006 | 393 | 10 | 2,55% | 383 | 97.45% |
| 2007 | 330 | 05 | 1,52% | 325 | 98.48% |
| 2008 | 338 | 07 | 2,07% | 331 | 97.93% |
| 2009 | 332 | 51 | 15.36% | 281 | 84.64% |
| 2010 | 313 | 61 | 19.50% | 252 | 80.50% |
| 2011 | 303 | 120 | 39.60% | 183 | 60.40% |
| 2012 | 264 | 04 | 1.52% | 260 | 98.48% |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Percebe-se que nas escolas onde ainda se tem o curso da EJA, em 2011 o número de evasão subiu exceto em uma, Cemus VI, uma exceção, pode-se provavelmente ser atribuído a isso, um sistema adotado pelo município de Salto para o ensino da EJA. Em 2010 foi implantado na rede o ensino modular, que era assim dividido para o ciclo III alunos de (6º ano e 7º ano) tinha-se os seguintes temas: Cultura, Trabalho, Saúde, Espaço da Cidade, para o ciclo IV (8º ano e 9º ano) foram os seguintes temas: Educação, Tecnologia, Alimentação, Políticas Públicas.

O Curso da EJA passou assim a ser dividido em módulos de dois meses cada um, completando 50 dias letivos, cada módulo, a certificação ocorria da seguinte forma: ao término de cada módulo ele recebia uma declaração, a somatória dessas declarações lhe daria a certificação final do ensino Fundamental, independente da sequência com que se fizesse cada módulo. Mas o ensino modular não foi eficaz para a EJA em Salto, pois os alunos que reprovassem em um dos módulos cursados deveriam esperar a unidade escolar oferecer novamente aquele módulo, ou cursá-lo em outra unidade que o oferecesse no momento. Ficou tudo muito confuso, os alunos tiveram dificuldade para interpretar o sistema e no ano seguinte a evasão acentuou-se. Assim em 2012 voltou ao sistema de ciclo sem módulos, aliás, a nomenclatura de série para ciclo mudou na EJA em Salto no ano de 2006, no ano de 2013 tem-se as seguintes denominações: 1º ano do ciclo III (antiga 5ª série), 2º ano do ciclo III (antiga 6ª série), 1º ano ciclo IV (antiga 7ª série), 2º ano ciclo IV (antiga 8ª série).

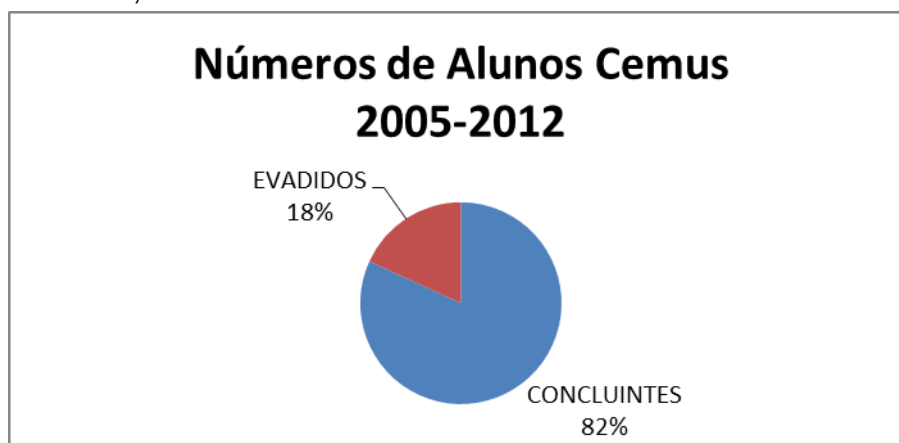
Para uma melhor visualização da evasão nos anos, ciclos e escolas citadas nas tabelas anteriores tem-se abaixo o seguinte gráfico:

Tabela 11 - Número geral de alunos matriculados, evadidos e concluintes nas unidades dos Cemus de 2005 a 2012 no município de Salto SP.

| Matriculados | Evadidos | Concluintes |
|--------------|----------|-------------|
| 13.318 | 2.423 | 10.895 |

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Gráfico 1- Número de alunos matriculados, concluintes e evadidos nos CEMUS em Salto SP, 2005-2012.



Fonte: SEME - Salto SP 2013

Nos últimos anos a cidade de Salto vem fazendo parcerias com diversas instituições procurando subsidiar essa população da EJA com cursos rápidos e de média duração, os quais são direcionados ao mundo do trabalho e inseridos no próprio curso da EJA. No ano de 2010, quando se deu início aos módulos, a Prefeitura da Estância Turística de Salto iniciou uma parceria com o Instituto Federal

- IF em Salto, a princípio o projeto do curso seria técnico em Informática, mas com as dificuldades de acompanhamento do público, o programa foi readaptado e ficou o de Operador de Computador, cujo objetivo é ensinar o manuseio da máquina para uso em escritórios, clínicas, etc. Foram abertas três turmas com 30 alunos, mas iniciaram-se com 87 alunos, destes, apenas 27 concluíram. O curso durou dois anos, os alunos que iniciaram esse curso deveriam estar matriculados no 1º ano do ciclo III, ou seja, antiga (5ª série), e os mesmos não poderiam abandonar os estudos e voltar depois em outro momento para dar continuidade ao curso profissionalizante, pois o mesmo apresentava uma continuidade que não poderia ser interrompida.

Porém, durante o curso profissionalizante no IF, verificou-se grande dificuldade em ter alunos da EJA misturados ao do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, por isso foi solicitado ao município um polo de PROEJA, desta forma, todos que ali se encontrassem teriam o mesmo objetivo e teriam um incentivo maior entre os seus para manter-se no curso, este polo seria na unidade I (Cemus I), lá juntamente com os profissionais do IF no ano de 2012 formar-se-ia duas turmas com 20 alunos em cada uma delas, uma turma com o curso de Operador de Computador e outra com o curso Gestão Básica de Negócios, neste sistema de polo PROEJA, os alunos que fizessem os cursos do IF não seriam misturados aos demais que não o fizessem, no entanto cursariam as disciplinas da EJA normalmente, pois as aulas técnicas do IF ocorreriam uma vez por semana. Porém, esse projeto não se efetivou, segundo o Instituto, pois não houve demanda. Assim, a parceria IF e EJA em Salto SP. só ocorreu com as primeiras turmas, 2010 a 2011.

Também no ano de 2010 foi firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC uma parceria com diversos cursos, os quais eram ministrados na própria unidade escolar onde o aluno tinha a autonomia de escolher o curso de acordo com seu perfil e preferência; naquele ano, foram oferecidos os seguintes cursos: Jardinagem, Higiene e Manipulação de Alimentos e Práticas Administrativas de Escritórios com duração de 22 horas, com certificação oferecida pelo próprio SENAC.

No ano de 2011, os cursos oferecidos pelo SENAC foram: Copeiro, Operador de Supermercado, Promotor de Vendas e Recepcionista de Eventos, com duração de 22 horas, também com escolhas dos alunos, formando-se turmas, e os profissionais do SENAC iam até cada unidade escolar uma vez por semana e lá ministravam suas aulas. Cada unidade escolar de acordo com o número de alunos e escolhas formavam suas turmas e cursos.

Em 2012, os cursos oferecidos pelo SENAC foram: Informática Básica, Técnicas de Vendas no Varejo, Atitude Empreendedora, Técnicas e Práticas de Lazer e Recreação, Telemarketing: Atendimento ao cliente e rotinas operacionais,

todos com duração de 22 horas e também como os demais, escolha do aluno, e cada unidade escolar formava-se suas turmas e cursos, uma vez por semana.

Os alunos gostaram, viam nos cursos esperanças para o ingresso no mercado de trabalho e até mesmo se autodescobriam em suas aptidões, a evasão ocorreu, pois os cursos estavam atrelados às aulas, e como já foi citado o aluno da EJA que se evade possui uma diversidade de motivos e até mesmo contra a própria vontade o faz, ou seja, por força maior além do desejo de estudar o leva a evadir-se.

No ano de 2010 a Secretaria Municipal da Educação - SEME fez parceria com o Projeto Anselminhos – Pagadores de Promessas, o qual faz parte de outro Projeto maior denominado Projeto Sócio – Educacional de Parceria entre Secretaria Municipal de Educação e Ceunsp – PRUMUS, juntou-se a essa parceria a Associação de Formação Infanto Juvenil Múltipla – AFIM criando se assim o Projeto Anselminos – Pagadores de Promessas.

O projeto foi intitulado Anselminhos, pois Salto é terra natal de Anselmo Duarte, único cineasta brasileiro e sul-americano a ganhar a Palma de Ouro do mundial, importante, reconhecido e famoso Festival de Cannes, na França em 1962. A cidade lhe é grata e procura sempre homenageá-lo, o Cineclubes recebeu seu nome e no recém-inaugurado Centro de Cultura e Educação – CEC é intitulado Anselmo Duarte, também o mesmo tem sua sala principal com o nome Sala Palma de Ouro, em homenagem ao cineasta saltense.

Assim, o que estava faltando era um projeto que envolvesse cinema literalmente para recordar-se de Anselmo Duarte. E através dessas parcerias Secretaria da Educação, Faculdade de Comunicação, artes e desing – FCAD pertencente ao Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio e a Associação de Formação Infanto Juvenil Múltipla fizeram uma análise das unidades escolares da Rede Municipal de Educação, as quais possuíssem alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA foi escolhida a unidade IX Cemus IX, cuja localidade é em um bairro periférico, violento e também discriminado da cidade. Um dos objetivos deste projeto foi tornar estes alunos protagonistas de suas próprias histórias e destinos com uma provável alteração para suas escolhas futuras.

O projeto Anselminhos foi idealizado para três anos 2010 a 2012 a princípio foram realizadas oficinas, palestras, entrevistas, pesquisas históricas e de campo, sessões de filmes, reforçando o trabalho de conhecimento da vida e da obra de Anselmo Duarte os trabalhos foram realizados também na sede da Associação de Formação Infanto Juvenil Múltipla – AFIM na unidade escolar IX Cemus IX, na Faculdade de comunicação e Artes do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio – CEUNSP, no Centro de Cultura e Educação – CEC, no Complexo da Cachoeira – Memorial do rio Tietê, Cineclubes Anselmo Duarte, sessões e mostras itinerantes de filmes produzidos pelos alunos por praças e logradouros públicos.

Em 2012 houve duas exposições de média-metragem “Conto de Meninas” que teve como base o sincretismo religioso presente em algumas obras do cineasta Anselmo Duarte e o curta-metragem “Café da manhã dos Campeões” que foi inspirado nas histórias em quadrinhos, uma vez que os alunos tinham autonomia em opinar, escolher, produzir.

Segundo a Associação de Formação Infância Juvenil Múltipla – AFIM, em 2010 foram inscritos vinte e cinco alunos de idades variadas de 15 a 60 anos. Dos vinte e cinco alunos inscritos iniciaram o projeto dezoito alunos. No ano de 2011 apenas quatro alunos da EJA permaneceram inscritos no Projeto os quais demonstraram um grande destaque no desenvolvimento do mesmo. Houve por parte da coordenação do Projeto muito esforço para integrarem novos participantes da EJA, uma vez que, um dos objetivos do projeto é levar a Cultura às camadas populares.

Em 2012 o projeto foi reiniciado com doze participantes chegando a dezesseis alunos no núcleo da EJA.

Como já citado houve desistências (evasão) na frequência do projeto, e isso foi atribuído a alguns fatores como um dos alunos envolveu-se com entorpecentes e foi preso, foi uma perda considerável, pois o mesmo era talentoso, houve quatro casos de gravidezes, três casos de mudança de cidade e um caso de abandono sem justificativas, como infelizmente é próprio da demanda da EJA.

No período de agosto de 2011 a dezembro de 2012 a Prefeitura da Estância Turística de Salto, por meio da Secretaria de Educação SEME, em parceria com o Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio – CEUNSP e sua respectiva Faculdade de Comunicação, Artes e Design – FCAD, aplicaram-se junto aos alunos da Educação de Jovens e Adultos o Projeto Sócio Educacional de Parceria entre secretaria Municipal de Educação e Ceunsp – PRUMUS, projeto este que teve como objetivo principal promover a transversalidade da Cultura, compartilhando-a com a Educação, cuja intenção foi promover uma ação de cidadania, proporcionando aos alunos da EJA o contato com o mundo universitário através de oficinas como: Fotografia, Produção de TV, Produção de Rádio e Jornalismo, as aulas foram aos sábados, das 8h às 12h, e cada curso possuía duas etapas de cinco meses cada.

O idealizador deste projeto foi Marcos Pardim, integrante do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura.

Cada oficina ofereceu um total de quinze vagas, dando no total de quarenta e cinco alunos, no primeiro módulo vinte e oito alunos terminaram o segundo módulo, apenas dezesseis alunos chegaram até o final, e segundo o idealizador do projeto os possíveis fatores para as desistências (evasões) foram o fator trabalho, greve do funcionalismo público na rede municipal no ano de 2012 que interferiu no transporte e alimentação, os quais foram interrompidos.

O projeto foi bem aceito pelos alunos que participaram até o final, os mesmos demonstraram entusiasmo por estarem adentrando em um centro Universitário conhecendo as dinâmicas das oficinas que foram ministradas pelos próprios alunos da Faculdade de Comunicação, artes e design – FCDA. Alguns alunos da EJA se motivaram fazendo planos futuros para uma carreira profissional relacionada à comunicação.

Por último, durante o ano de 2012 foi desenvolvido também junto ao público da EJA, um projeto chamado Meu primeiro Livro, este projeto foi também uma parceria entre a Secretaria da Educação e a editora Espaço Idea.

No projeto incluiu a princípio, oficinas com os professores envolvidos no mesmo, sendo aos sábados, oficinas essas ministradas pelos organizadores da editora Espaço Idea, entre autores da própria editora. As oficinas foram realizadas no Centro de Cultura e Educação – CEC, entre os meses de fevereiro e março de 2012.

O objetivo do projeto foi trabalhar com o resgate da história da cidade e suas memórias.

O projeto foi direcionado ao ensino infantil e EJA, cada segmento com a elaboração de seu livro.

Na EJA, as unidades escolares envolvidas foram aquelas que possuem EJA, Cemus I, Cemus V, Cemus VII e Cemus IX.

Houve várias etapas e oficinas realizadas com os alunos, as quais incluíam passeio pelo bairro, entrevistas com moradores, sempre procurando resgatar a história do bairro e cidade, foram feitas fotos, filmagens, escritas e reescritas dos textos, os alunos elaboraram narrativas, poesias, acrósticos, memórias e por fim foi elaborado um volume único para as quatro unidades escolares da EJA envolvidas no projeto, cujo título do livro ficou: Salto, histórias de que posso me orgulhar. EJA vários autores, editora Espaço Idea.



Figura 1 – Livro: Salto, histórias de que posso me orgulhar. EJA, vários autores.
Fonte: SEME – Salto SP 2013

Também fez parte do projeto a confecção de um livro do professor, incluindo todos os professores que se envolveram no projeto e igualmente registraram suas memórias relacionadas à história de Salto, volume único com vários autores, título: Salto histórias de que posso me orgulhar, livro do professor, vários autores.

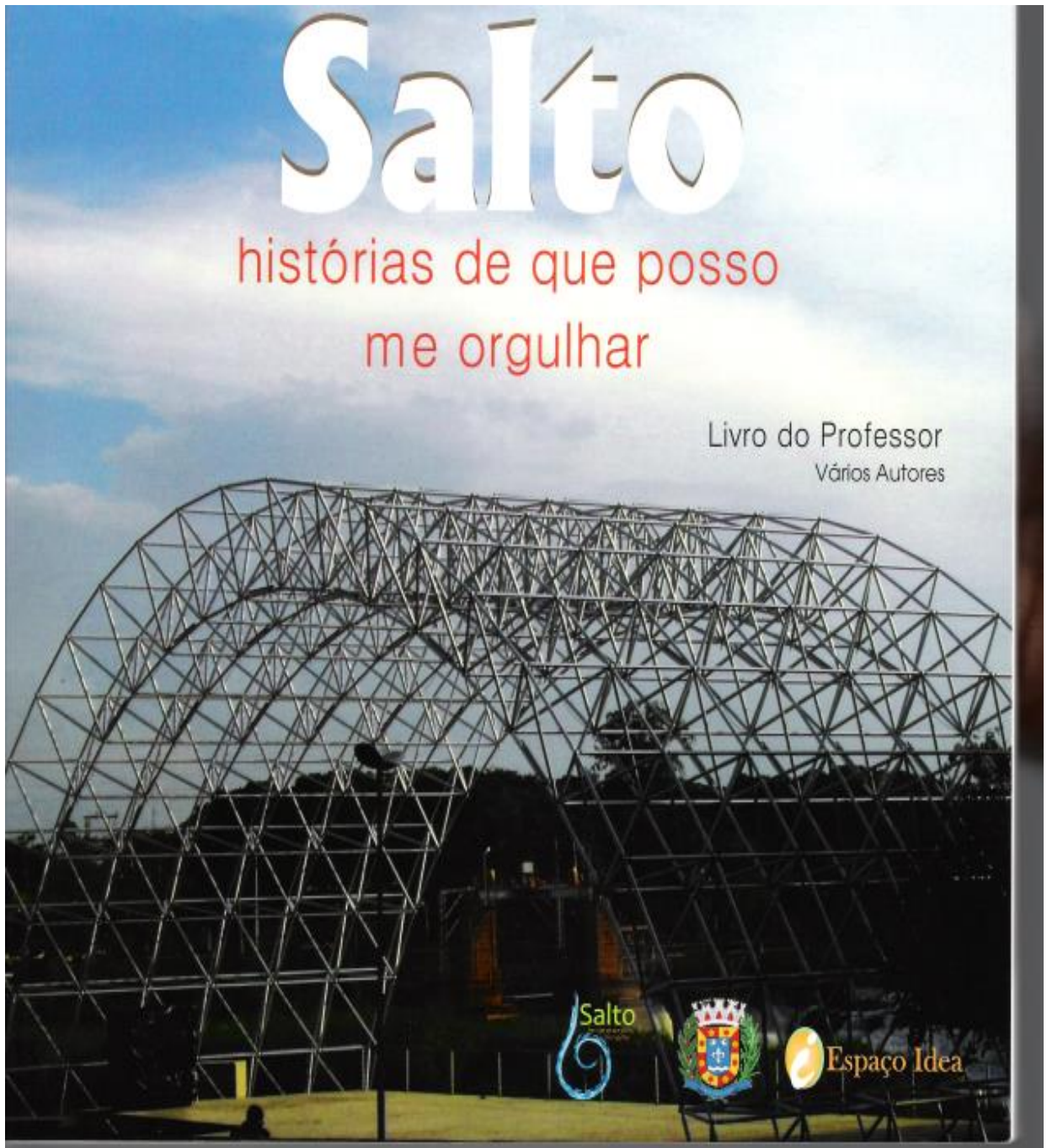


Figura 2 – Livro: Salto histórias de que posso me orgulhar. Livro do Professor, vários autores.

Fonte: SEME – Salto SP 2013

Em vista do que se foi citado, essas políticas públicas que foram adotadas no município de Salto nos últimos anos são atitudes que devem ter continuidade, para que todos os alunos que se inserirem nesta modalidade de ensino possam desfrutar das mesmas oportunidades, no entanto o que ocorre nos municípios é o mesmo que acontece a nível nacional, onde cada governo que entra, devido à autonomia que lhe é cedida faz à sua maneira.

CONCLUSÃO

Dado o exposto, observa-se que a história geral da Educação no Brasil traz consigo uma trajetória que é acompanhada por modelos econômicos e políticos e conseqüentemente a história das relações de poder dos grupos que estão no exercício do poder.

Verifica-se que há sempre muita burocracia para que as leis sejam validadas, demora-se muito tempo para se aprovar, por exemplo, a lei de diretrizes e bases 4.024/61 seu anteprojeto foi elaborado e encaminhado à Câmara Federal, em novembro de 1948 a partir daí segundo Romanelli (2010) começou uma longa luta sendo votada apenas em dezembro de 1961, ou seja, 13 anos depois. Assim observa-se a respeito do Projeto Lei – PL 8.035, o qual criou o Plano Nacional da Educação – PNE, o mesmo foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010 e ainda está em processo de aprovação sendo que sua vigência (decênio) é de 2011 a 2020.

Ainda ao se analisar a trajetória da educação vai-se verificando mudanças gradativas desde o período colonial, com a educação jesuítica, a qual tanto marcou a educação brasileira, posteriormente entre as décadas de 20 e 30 começa a consolidação do sistema educativo brasileiro com Constituição de 1934, surgem as leis que vão definindo o padrão de ensino, as leis de diretrizes e bases, as quais direcionam e registram mudanças no ensino a lei 4.024/61 é fruto de lutas, a lei 5.692/71 a qual estabelece ao ensino de 1º e 2º graus a formação com qualificação para o trabalho e a lei vigente 9394/96 na qual, a escola adquire mais autonomia direcionada aos gestores e participação da comunidade.

Quando se refere especificamente à Educação de Jovens e adultos nota-se que esta tem um contexto histórico de muitas lutas, muitas oscilações, muita dependência do poder, entra um governante cria programas para essa modalidade, vem outro governante desconsidera o que foi feito anteriormente.

Em suma, o que se observa na verdade é que a Educação de Jovens e Adultos – EJA ficou para a responsabilidade dos municípios e cada um age de acordo com seu prisma, uns têm um olhar mais voltado ao trabalhador e para o jovem como se dissessem “vamos investir neles”, outros governantes, porém desconsideram essa classe, pois se sabe que há cidades em que o Ensino Médio para EJA, o qual é de responsabilidade do Estado, segundo a Constituição de 1988 e confirmada na LDB 9.394/96, mesmo assim, não se vem efetivando formação de salas destinadas a esse público, desta forma, muitos jovens e adultos que terminam o Ensino Fundamental não continuam seus estudos por falta de oportunidades.

O ideal seria que todos os municípios por regiões, estados, organizassem entre si Congressos Educacionais, para essa modalidade de ensino tanto para os profissionais da educação como para os próprios alunos; as trocas de experiências enriquecem uma nação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9394.** Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura, **Plano Nacional de Educação PNE.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=1107>>. Acesso 30 abr. 2013.
- BREJON, Moisés (org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus.** São Paulo: Pioneira 1988.
- BORGES, Priscila. **Número de jovens de 15 a 17 anos fora da escola aumentou.** Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao>>. Acesso em 21 de set. 2012.
- CÂMARA aprova 10% do PIB para educação.** Disponível em: <<http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensinoeducacao>>. Acesso em: 30 abr. 2013.
- CALLEGARI, César (org.). **FUNDEB e o Financiamento da Educação Pública no Estado de São Paulo.** São Paulo: Ground, 2007.
- CAMPOS, Sueli Ferreira “e outros” (orgs.) **“300 anos de Salto: História - Trajetória e Desenvolvimento”.** Ituiutaba: Ottoni, 1998.
- CAVALCANTE, Marcia Molina. **Estudo da Política da educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.** Disponível em: <www.conteúdojuridico.com.br/pdf/cj029583.pdf>. Acesso em: 14 de nov. 2011.
- DISPERDÍCIO institucionalizado. **Revista Nova Escola** ano XXII, Nº 200, p. 34 mar. 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 50ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.
- GENTIL, Viviane Kanitz. **Contexto Histórico e desafios da formação docente.** Disponível em www.drearaguaia.com.br/...ja/.../texto_para_leitura_desafios_da_eja. Acesso em: 14 de nov. 2011.
- IRELAND, Timoty D. **Educação de Jovens e Adultos como políticas públicas no Brasil (2004-2010) os desafios da desigualdade e da diversidade.** Disponível em: www.rizoma-freiriano.org/index.php/educação-de-jovens. Acesso em: 30 abr.2013.
- LIBERALESSO, Ettore, **Salto: Sua história, sua gente = Salto: Its history, its people/** [tradução/translation Glenn Carlton Johnston]. Campinas, SP: Komedi, 2009.

MAIA, William. **Para especialistas disputa de interesses emperra aprovação do novo PNE**. Disponível em: <[http:// educação.uol.com.br/notícias](http://educação.uol.com.br/notícias)>. Acesso em 30 de abr. 2013.

MARQUEZ, Marina. **Dilma lança programa para melhorar educação nas áreas rurais**. Disponível em <<http://notícias.r7.com/brasi/notícias>>. Acesso em 30 de abr. 2013.

MARTINS, Ana Rita. Pelo direito de saber ler e escrever. **Revista Nova Escola**, ano XXV. Nº 235.p.86-92, set. 2010.

NASCIMENTO, Jany Delourdes. **Educação como Prática da Liberdade numa Sociedade Capitalista: uma problemática posta a partir da educação de pessoas jovens e adultas** - (Dissertação de Mestrado) – faculdade de Educação da Universidade de São Paulo / USP, São Paulo, 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tdejanyDelourdes.pdf>. Acesso em 21 de fev. 2012.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Encontros de Psicologia: raciocínio e solução de problemas na vida cotidiana de moradores de uma favela**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia da educação e Ciências da Educação, 1986.

_____, Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, nº 12, p.59-73, set./dez. 1999.

PAIVA, Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola. 1983.

PILLET, Claudino & PILLET. Nelson. **Filosofia e História da Educação**. São Paulo: Ática, 1988.

_____, Nelson. **Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau**. São Paulo: Ática. 1986.

POSSANI, Lourdes de Fátima Paschoaletto. **Educação de jovens e adultos: um olhar sobre a exclusão**. São Paulo: Articulação, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 2010.

ROSTA FILHO, Francisco. **A Educação na modalidade de jovens e adultos no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo – Campus São Paulo**. São Paulo. 2010. (Dissertação de Mestrado) Universidade São Marcos.

SILVA, Jair Militão. Legislação Constante da Bibliografia do Concurso PEB II. **Revista de Educação**, nº 9, p.102, jun.1998.